



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS- ICSA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**FRANCISCA DAIANE LUZ DE SOUZA**

**QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DAS AGRICULTORAS FAMILIARES  
DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO (CE)**

**REDENÇÃO**

**2020**



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS- ICSA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**FRANCISCA DAIANE LUZ DE SOUZA**

**QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DAS AGRICULTORAS FAMILIARES  
DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO (CE)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública da UNILAB, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréa Yumi Sugishita Kanikadan.

**REDENÇÃO  
2020**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Souza, Francisca Daiane Luz de.

S729q

Qualidade de vida no trabalho das agricultoras familiares do município de Redenção CE / Francisca Daiane Luz de Souza. - Redenção, 2020.  
89 f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública - Semestral, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréa Yumi Sugishita Kanikadan.

1. Agricultura familiar. 2. Mulheres na agricultura. 3. Agricultura - Aspectos Sociais. 4. Políticas Públicas. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 338.10981

---

**FRANCISCA DAIANE LUZ DE SOUZA**

**QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DAS AGRICULTORAS FAMILIARES  
DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO (CE)**

**Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em  
Administração Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia  
Afro-Brasileira, UNILAB.**

Aprovado em: 20/10/2020

**BANCA EXAMINADORA:**



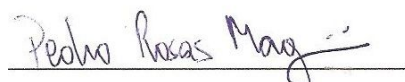
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréa Yumi Sugishita Kanikadan (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB



**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosalina Semedo de Andrade Tavares**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB



**Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Este trabalho é dedicado primeiramente a Deus, por ser meu guia e meu protetor, a minha mãe, Dalriana Luz, que desde a infância me incentiva a estudar e a lutar pelos meus sonhos e ao meu noivo, Paulo Júnior que esteve ao meu lado, ajudando-me no que fosse necessário durante esta graduação.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente a Deus, por todas as bênçãos concedidas e por ter dado forças para concretizar meus objetivos, discernimento para guiar minhas ações e persistência para superar os desafios encontrados.

À minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréa Yumi Sugishita Kanikadan, por ter me aceitado como vossa orientanda e por ter disponibilizado seu tempo dando as orientações necessárias para uma boa condução deste trabalho. Muito obrigada pela atenção, carinho e apoio.

A minha mãe, Dalriana Luz, pelo apoio e incentivo dado durante este trabalho, nunca deixando desanimar ou desistir, oferecendo palavras de otimismo e conforto.

A meu noivo Paulo Júnior, pelo seu apoio durante as entrevistas e no decorrer desta graduação. Assim, estive ao meu lado em todos estes momentos.

Às agricultoras familiares entrevistadas que disponibilizaram seu tempo para responder às perguntas dos roteiros. Agradeço a atenção, a colaboração, e em alguns casos, o carinho, a receptividade e a cordialidade recebida.

As pessoas das comunidades indagadas sobre as agricultoras que praticam ou praticavam a agricultura familiar. Obrigado por todas as indicações e sugestões. Dessa forma, foi possível identificar as agricultoras familiares.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), por sua existência no município de Redenção - CE. Assim foi possível realizar esta graduação sem precisar morar longe das pessoas que amo. Ao programa de Assistência estudantil (PAES) e ao Programa de Bolsa Monitoria (PBM), pois os recursos financeiros disponibilizados colaboraram para que eu pudesse permanecer na UNILAB estudando.

Aos meus familiares, em especial, a todos que se preocuparam com a condução desta pesquisa e no esclarecimento de alguma dúvida.

A minha amiga Ravena Rodrigues, pelo seu companheirismo durante este curso. Construímos juntas uma bela história de amizade, de parcerias e de cooperação mútua.

Aos meus amigos da Unilab, em especial, Esaú, Irmã Joana Darc e Edmara por todas as vivências boas durante esta graduação. Agradeço a amizade e a colaboração.

A todos que, diretamente ou indiretamente, colaboraram e/ou estiveram presente neste trabalho, muito obrigado.

“Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos.”

(Provérbios 16:3)

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

(Filipenses 4:13)

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral identificar a Qualidade de Vida no Trabalho das agricultoras familiares do município de Redenção - CE. Nessa perspectiva, trata-se de evidenciar as percepções e as expectativas das agricultoras familiares sobre as condições de trabalho, políticas públicas e sua realidade no meio rural de modo a perceber os efeitos destes fatores na promoção da saúde física e mental. Os dados foram obtidos através da realização de entrevistas semiestruturadas e de pesquisa bibliográfica. Assim este estudo mostra que as agricultoras gostam de realizar o seu trabalho independentemente das exposições a diversos riscos; e que a agricultura familiar desempenha um papel primordial na promoção da segurança alimentar da sociedade e das famílias rurais. No entanto, o que predomina é uma perspectiva negativa das gerações mais jovens sobre a prática agricultura familiar. Também é necessário destacar a baixa acessibilidade e efetividades das políticas públicas, pois não atendem de forma integral o público-alvo; e a ausência de políticas e ações direcionadas para a melhoria das condições de trabalho, para adoção de práticas agroecológicas e sustentáveis e para promoção da valorização da mulher. Ademais, por ser a agricultura familiar o trabalho mais predominante na zona rural, o exercício de atividades pluriativas fica limitado pela ausência de oportunidades. Além disso, é recorrente a necessidade de valorização e ressignificação do papel da mulher na prática agrícola e de construção de meios alternativos para a realização do trabalho, pois este é condicionado a uma série de restrições e a fenômenos climáticos. Foram destacados várias percepções e expectativas dessas mulheres no que tange às condições de trabalho, as ações governabilidade e sobre a saúde e o bem-estar delas neste contexto. Desse modo, não há mecanismos efetivos de promoção da qualidade de vida no trabalho na agricultura familiar, as condições de trabalho e as políticas públicas não são satisfatórias. E isto repercute de forma negativa no desempenho, na saúde e no bem-estar das agricultoras familiares, propiciando o surgimento de doenças ocupacionais.

Palavras-chaves: Agricultoras Familiares; Condições de trabalho; Políticas Públicas; Bem-estar.



## ABSTRACT

This study has as general objective to identify the Quality of Life at Work of family women farmers in the municipality of Redenção - CE. In this perspective, it is a question of showing the perceptions and expectations of family women farmers about working conditions, public policies and their reality in rural areas in order to perceive the effects of these factors on the promotion of physical and mental health. Data were obtained through semi-structured interviews and bibliographic research. Thus this study shows that farmers like to do their work regardless of exposures to various risks; and that family farming plays a key role in promoting food security for rural society and families. However, what predominates is a negative perspective of younger generations on family farming practice. It is also necessary to highlight the low accessibility and effectiveness of public policies, since they do not fully serve the target audience; and the absence of policies and actions aimed at improving working conditions, for the adoption of agroecological and sustainable practices and for promoting the valorization of women. Moreover, because family farming is the most prevalent work in the rural area, the exercise of pluriactive activities is limited by the absence of opportunities. Moreover, the need to value and resignify the role of women in agricultural practice and the construction of alternative means for performing work is recurrent, since it is conditioned to a series of restrictions and climatic phenomena. Several perceptions and expectations of these women regarding working conditions, governance actions and their health and well-being in this context were highlighted. Thus, there are no effective mechanisms to promote quality of life at work in family farming, working conditions and public policies are not satisfactory. And this has a negative impact on the performance, health and well-being of women family farmers, providing the emergence of occupational diseases.

Key-words: Family women farmers; working conditions; public policies; Welfare.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|          |  |
|----------|--|
| ATER     | Assistência técnica e Extensão Rural                             |
| DAP      | Declaração de Aptidão ao Pronaf                                  |
| EMATERCE | Empresa de assistência técnica e extensão rural do Ceará         |
| FAO      | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e à Agricultura |
| IBAMA    | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente                            |
| INCRA    | Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária              |
| MFA      | Multifuncionalidade da agricultura                               |
| P1MC     | Programa 1 milhão de cisternas                                   |
| PAA      | Programa de Aquisição de Alimento                                |
| PNAE     | Programa Nacional da Alimentação Escolar                         |
| POPMR    | Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais             |
| PRONAF   | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar      |
| QVT      | Qualidade de vida no trabalho                                    |
| SEMACE   | Superintendência Estadual Do Meio Ambiente                       |

## SUMÁRIO

|              |   |    |
|--------------|---|----|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO</b>                                       | 12 |
| 1.1          | OBJETIVOS   | 14 |
| 1.2          | JUSTIFICATIVA   | 14 |
| <b>2</b>     | <b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>                              | 15 |
| 2.1          | AGRICULTURA FAMILIAR                                    | 15 |
| <b>2.1.1</b> | <b>Multifuncionalidade da agricultura familiar</b>      | 17 |
| <b>2.1.2</b> | <b>Pluriatividade na agricultura familiar</b>           | 18 |
| 2.2          | PAPEL DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR                 | 19 |
| 2.3          | QVT DAS AGRICULTORAS FAMILIARES                         | 20 |
| 2.4          | POLÍTICAS PÚBLICAS E QVT DAS AGRICULTORAS FAMILIARES    | 23 |
| <b>3</b>     | <b>METODOLOGIA</b>                                      | 25 |
| 3.1          | ABORDAGEM DA PESQUISA                                   | 26 |
| 3.2          | OBJETIVOS DA PESQUISA                                   | 26 |
| 3.3          | PROCEDIMENTOS DA PESQUISA                               | 27 |
| 3.4          | TÉCNICAS DE PESQUISAS OU INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADO | 27 |
| 3.5          | TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS                            | 28 |
| 3.6          | AMOSTRAGEM EM BOLA DE NEVE                              | 28 |
| 3.7          | TERMO DE CONSENTIMENTO ORAL                             | 29 |
| 3.8          | LOCAIS DE APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS                     | 30 |
| <b>4</b>     | <b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>                          | 31 |
| 4.1          | PERFIL DAS ENTREVISTADAS                                | 31 |
| 4.2          | CONDIÇÕES DE TRABALHO                                   | 38 |
| 4.3          | AÇÕES GOVERNAMENTAIS NA PERSPECTIVA DAS ENTREVISTADAS   | 59 |
| 4.4          | BEM-ESTAR E SAÚDE DAS AGRICULTORAS FAMILIARES           | 69 |
| 4.5          | OPORTUNIDADE E VIDA SOCIAL                              | 75 |
| <b>5</b>     | <b>CONCLUSÃO</b>  | 79 |
|              | <b>REFERÊNCIAS</b>                                      | 81 |
|              | <b>APÊNDICE A: Roteiro de Entrevista</b>                | 87 |

## 1. INTRODUÇÃO

A agricultura é uma das principais atividades realizadas pela população no meio rural. Assim, existem vários modelos de realização da ação agrícola. Dentre estas, destaca-se agricultura familiar. Nela há uma intrínseca relação entre gestão e o trabalho; o foco é a diversificação produtiva de alimentos, a duração dos recursos e a qualidade de vida; o agricultor e sua família gerenciam de forma direta o processo produtivo; no trabalho, o processo decisório é imediato em decorrência do número elevado de eventualidades que podem acontecer ao longo das etapas de produção e o trabalho assalariado é visto apenas como uma atividade complementar (FAO/INCRA, 1994 apud SILVA, 2015, p. 10-11).

Nessa perspectiva, diante da variedade de trabalhadores rurais existentes, vale destacar a definição de um(a) agricultor(a) familiar. Assim, “é todo aquele(a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda e busca se reproduzir social e economicamente através da força do trabalho familiar” (MESQUITA, 2013, p. 113). No entanto, este tipo de trabalho é sujeito a uma série de riscos e restrições em decorrência da natureza do trabalho, do espaço que é realizado e das ferramentas usadas (MONTEIRO, 2004).

A agricultura familiar é relevante, pois abrange grande parte dos agricultores e colabora para a alimentação das populações (SOGLIO e KUBO, 2016) Assim, suas funções são: promover a segurança alimentar dos povos, preservar os recursos naturais e das paisagens rurais, garantir reprodução socioeconômicas das famílias e a manutenção do tecido social (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009). Assim, é uma atividade primordial para promoção da soberania alimentar

Nessa perspectiva, a agricultora familiar desempenha um papel primordial na realização desta prática. Assim, ela faz a ocupação do solo, o plantio, a colheita e o cultivo dos alimentos nos roçados e nos quintais de casas (SALES, 2007). No entanto, o que é notório na atualidade é uma falta de valorização da prática da agricultura familiar e da atuação feminina neste tipo de atividade. E isto é decorrente pela baixa adesão da população ao exercício desta prática laboral e pela concepção do trabalho feminino como apenas uma ajudante na produção dos alimentos.

Assim, na maioria das vezes, o papel de participação ativa da mulher na zona rural não é consolidado, pois para alguns indivíduos, elas apenas executam atividades consideradas “leves”. No entanto, Paulilo (1987) destaca que o labor definido como “leve” não quer dizer

que este seja agradável, irrelevante ou necessite de pouco esforço e tempo dedicado, mas traduz a possibilidade de que este trabalho seja de longa duração, cansativo e perigoso para a saúde do indivíduo que executa as tarefas. Para esta autora, a remuneração do trabalho feminino é baixa em decorrência deste equívoco de “trabalho leve”, e isto é cada vez mais fortalecido, porque socialmente há uma valorização maior do labor masculino e predomina uma concepção de que o homem é o patriarca da família encarregado de garantir a reprodução de seus dependentes (mulheres e crianças).

Um ambiente com condições de trabalho satisfatórias repercute de forma positiva na elevação do desempenho dos indivíduos. Assim, para Limongi-França e Rodrigues (2005, p. 166) a noção de qualidade de vida no trabalho (QVT) é “uma compreensão abrangente e comprometida das condições de vida no trabalho que inclui aspectos de bem-estar, garantia de saúde e segurança física, mental e social e capacitação para realizar tarefas com segurança e bom uso da energia pessoal”. Logo, a QVT assume um papel muito importante na promoção da produtividade, da satisfação, da motivação e do bem-estar dos indivíduos no ambiente de realização das atividades profissionais ou ocupacionais (PINTO, 2015). A QVT deve abranger a saúde física e primordialmente a saúde mental dos indivíduos, existindo a possibilidade de um trabalho adaptado ao indivíduo através da ergonomia (LIMONGI-FRANÇA, 2004).

Segundo Ribeiro (2012) o município de Redenção - CE pertence a microrregião do Maciço de Baturité e mesorregião Norte do Estado. Dados das condições socioeconômicas deste município evidenciam que em 2015, as principais lavouras existentes nos municípios são de banana, castanha de caju, feijão, cana-de-açúcar, mamão e tomate, totalizando 7.982 hectares de áreas plantadas (IBGE apud LIMA; OLIVEIRA; COSTA, 2018). Assim, a monocultura predominante é o plantio de bananeiras. Além disso, destaca-se que a agricultura é uma atividade relevante na economia local deste território (RIBEIRO, 2012).

Nessa perspectiva, nesta monografia é evidenciado as percepções e as expectativas das agricultoras familiares sobre as condições de trabalho, políticas públicas e sua realidade no meio rural de modo a perceber os efeitos destes fatores na promoção da saúde física e mental. Os dados deste trabalho foram obtidos através da realização de entrevistas semiestruturadas e de pesquisa bibliográfica.

Diante disso, pretende-se responder a seguinte questão nesta monografia: como são as condições de trabalho na agricultura familiar no município de Redenção - CE e suas

repercussões na qualidade de vida no trabalho das agricultoras?

## 1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral desta monografia é: Identificar a qualidade de vida no trabalho (QVT) das agricultoras familiares do município de Redenção - CE.

Nessa perspectiva, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar as percepções e as expectativas das agricultoras familiares sobre as condições de trabalho; examinar o papel das políticas públicas e o seu efeito na qualidade de vida no trabalho (QVT) das agricultoras familiares; e verificar os efeitos das condições de trabalho na saúde e no bem-estar das agricultoras familiares.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Nos dias atuais, a qualidade de vida no trabalho (QVT) é um tema muito enfatizado nas pesquisas acadêmicas e no cenário organizacional. Kanikadan (2005) pontua que grande parte das literaturas existentes sobre este tema enfatizam exclusivamente grandes empresas, e assim é relevante fazer o estudo sobre a QVT das atividades ocupacionais. Assim, optou-se em analisar os indivíduos que praticam a agricultura familiar.

Contudo, no processo de delimitação do tema foi verificado na maioria das pesquisas feitas sobre a qualidade de vida no trabalho no ambiente rural, o pesquisador incide sua análise apenas nos trabalhadores rurais e aborda o tema de forma muito generalizada. São poucas as dissertações, monografias e demais publicações que abordam a questão da QVT de mulheres que trabalham na agricultura familiar. Assim, foi percebido que é um tema pouco explorado no universo acadêmico e necessita de uma maior notoriedade. E a falta de estudos sobre a atuação da mulher na zona rural demonstra o tratamento negligente sobre esta realidade (PAULILO, 1987).

Nessa perspectiva, Fao (2011) enfatiza que na agricultura, o trabalho feminino tem grande contribuição, mas por causa dos obstáculos de entradas no mercado, trabalho voltado para a sobrevivência familiar e a realização de tarefas do lar, há a tendência do não reconhecimento da sociedade sobre a colaboração da mulher na atividade agrícola.

Assim, optou-se por trabalhar nesta pesquisa com questões de gênero com a finalidade de propiciar uma maior visibilidade ao trabalho da mulher na agricultura familiar e colaborar para possíveis intervenções governamentais e/ou acadêmicas em prol da valorização e ressignificação da prática agrícola feminina. Assim, pretende chamar atenção para este tema e instigar novas pesquisas sobre este assunto, que por vezes, é negligenciado ou tratado com menos ênfase, se comparado aos demais assuntos relacionados a agricultura familiar.

Quanto à delimitação geográfica, optou-se pelo município de Redenção -CE, pois conforme Ribeiro (2012, p. 35) “A economia local mantém traços do passado, sendo a agricultura atividade importante, com destaque para os cultivos de cana-de-açúcar, milho, arroz, banana, batata doce, mandioca e feijão”. Assim, nas comunidades rurais é predominante a prática da agricultura familiar. Além disso, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) estar sediada nesta cidade há mais de uma década e ocasionou o desenvolvimento local na zona urbana, “surgindo a necessidade de comércio variado, serviços e moradias para alugar a essas novas pessoas” (IBIDEM, p. 67).

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Para Luna (2007) fazer a revisão das teorias existentes é importante para auxiliar na elaboração de uma pesquisa, na delimitação ou explanação do problema, na obtenção de informações sobre um determinado campo de estudo e sobre o conhecimento produzido por outros pesquisadores. Desse modo, alguns referenciais teóricos são atuais, porém outros, foram escritos a décadas atrás, o que mostra que assuntos ou temas tinham maior notoriedade no passado e hoje não é abordado de forma tão significativa.

### **2.1. AGRICULTURA FAMILIAR**

A agricultura é uma das principais atividades realizadas pela população na zona rural. Assim, existem vários modelos de realização da ação agrícola. Dentre estas, destaca-se a agricultura familiar.

Nessa perspectiva, “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de

casamento” (ABRAMOVAY, 1998, p. 13). Assim, a mão-de-obra é quase que toda oriunda do núcleo familiar, optando pelo cultivo de várias culturas em propriedade pequenas e médias (PERES, 2009). Para Mesquita (2013) a agricultura familiar é uma forma produtiva orientada pelo trabalho em família, sendo unidades de produção e consumo, onde a força de trabalho e a administração da propriedade pertencem a um mesmo indivíduo ou grupo familiar e cabe ao proprietário da terra realizar o gerenciamento deste processo produtivo.

Na legislação brasileira, a lei nº 11.236, de 24 de julho de 2006, fixa as diretrizes para elaboração da Política Nacional de Agricultura Familiar. Nela encontram-se os critérios utilizados para caracterizar um agricultor familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Para o Silva (2015) no Brasil, a agricultura familiar é um segmento socioprodutivo que abrange uma grande variedade socioeconômica e cultural abrangendo desde o agricultor tradicional até as pequenas produções automatizadas distinguindo ao longo da história pela constituição dos grupos sociais. Desse modo, “um(a) agricultor(a) familiar é todo aquele(a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda e busca se reproduzir social e economicamente através da força do trabalho familiar” (MESQUITA, 2013, p. 113).

Nessa perspectiva, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) destacam as características da agricultura familiar. Assim, nela há uma intrínseca relação entre gestão e o trabalho; o foco é a diversificação produtiva de alimentos, a duração dos recursos e a qualidade de vida; o agricultor e sua família gerenciam diretamente o processo produtivo; no trabalho, o processo decisório é imediato devido o número elevado de eventualidades que podem acontecer ao longo das etapas de produção e o trabalho assalariado é visto apenas como uma atividade complementar (FAO/INCRA, 1994 apud SILVA, 2015, p. 10-11).



### **2.1.1 Multifuncionalidade da agricultura familiar**

A agricultura familiar não é limitada apenas à produção de alimento. Para Silva (2015) “a noção de multifuncionalidade da agricultura está associada ao reconhecimento oficial de que ela exerce um papel cuja importância transcende a produção de produtos agrícolas propriamente ditos”. Assim, ela apresenta outras funções. Esta multifuncionalidade está associada a noção de sustentabilidade no ambiente agrícola e rural (CARNEIRO; MALUF, 2003). Desse modo, para Silva (2015, p. 16) “embora a multifuncionalidade não seja uma característica específica da agricultura, ela é particularmente expressiva nesse setor pela importância considerável entre a produção agrícola, a sociedade e o meio ambiente”.

Nessa perspectiva, ligada à percepção de que os agricultores familiares auxiliam no processo de desenvolvimento do território rural, as quatro funções principais explicitadas pela concepção de multifuncionalidade da agricultura familiar são: “reprodução socioeconômicas das famílias, promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais” (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, 49-50). Desse modo, a multifuncionalidade faz o rompimento com a abordagem setorial e enfatiza a área das funções sociais (CARNEIRO; MALUF, 2003).

A função de reprodução socioeconômicas das famílias refere-se aos fatores criadores de trabalho e renda que possibilitem condições dignas de permanência da família no ambiente rural e auxiliem na sociabilidade da família no cenário em que estão inseridas (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009). A função de manutenção do tecido social e cultural relaciona-se a necessidade de preservar e aperfeiçoar as condições de existência no ambiente rural em prol da consolidação das identidades sociais e realização da integração dos indivíduos na sociedade (SILVA, 2015).

Para Cazella, Bonnal e Maluf (2009) a função de promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais diz respeito à produção direcionada para o autoconsumo da família e fornecimento comercial de alimentos para a sociedade de modo que a segurança alimentar se refere a qualidade, a acessibilidade e disponibilidade dos alimentos. A função de preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais refere-se à

utilização sustentável dos recursos da natureza, equilíbrio entre a paisagem local e a utilização do espaço para fins econômicos e preservação da diversidade biológica existentes no local (SILVA, 2015).

Diante do que foi supracitado, para Gavioli e Costa (2011) essa natureza multifuncional pode ser compreendida como um aglomerado de concepções com o propósito de dar uma nova orientação a agricultura e as políticas agrícolas a fim de mostrar o caminho a ser seguido para um novo modelo de desenvolvimento.

### **2.1.2 Pluriatividade na agricultura familiar**

No ambiente rural, há o exercício de diversas atividades e estas não são restringidas apenas à realização de atividades agrícolas. Neste contexto, que origina a concepção de pluriatividade. Para Schneider (2009) a pluriatividade é “um fenômeno que pressupõem a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura”.

Nessa perspectiva, para Gavioli e Costa (2011) a pluriatividade abrange as atividades não agrícola que geram renda, tais como: agroturismo, agroindústria, comércio direto e demais formas de entrada no mercado econômico que sejam autônomas ou que recebam algum tipo de salário em decorrência de realização de atividades no setor da indústria ou de serviços. Contudo, a atividade que não é temporária, ou seja, permanente não pode ser caracterizada como atividade pluriativa, pois, os vínculos trabalhistas assalariados não têm correlação com a autonomia de quem realiza agricultura familiar que gerencia a sua mão-de-obra (CARNEIRO, 2006 apud SILVA, 2015).

Para Schneider et al. (2011) há três tipos de pluriatividade na agricultura familiar, a saber: pluriatividade de base agrária, que acontece dentro da área agropecuária e é efeito da modernização da agricultura de modo a haver contratações de serviços auxiliares; pluriatividade para-agrícola, ou seja, o que antes era visto como apenas para o consumo, pode ser também vendido no mercado podendo assumir novas formas de ocupação; pluriatividade intersetorial, ocorre a partir da combinação entre atividade agrícola e os setores industriais e de serviços. Assim, há a existência de várias atividades de produção em uma determinada propriedade rural (PERES, 2009).

## 2.2 PAPEL DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR

Para Pastório e Roesler (2014) historicamente, a mulher sempre teve um papel primordial na realização das atividades no campo, capinando, arando a terra e colaborando no processo de plantio e colheita. Nessa perspectiva, Mesquita (2013, p. 44) afirma que:

“As mulheres agricultoras possuem um papel crucial na dinâmica da família, não apenas como elemento da produção ou do trabalho, mas também como elemento da reprodução, pois são elas as responsáveis por preservar e transmitir valores tradições, os quais são vistos como estratégias de manutenção da qualidade de vida desses agricultores e das gerações futuras”.

Para Saffioti (2013, p. 32), as mulheres “Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social [...]”. Ademais, Mesquita (2013, p. 71) ressalta que no ambiente rural “vigora uma visão de que o trabalho da mulher seja uma obrigação natural, na qual ela tem que ajudar seu marido, cuidar do lar e da família. E mesmo as mulheres que desenvolvem atividades remuneradas, geralmente também realizam as atividades domésticas”

Nessa perspectiva, é uma realidade a participação da mulher na agricultura familiar, pois ela faz a ocupação do solo, o plantio, a colheita e o cultivo, podendo as atividades agrícolas serem realizadas nos roçados e nos quintais de casas (SALES, 2007). Assim, o trabalho realizado pelas mulheres no ambiente rural pode ser compreendido como: “uma estratégia de manutenção das famílias ao longo das gerações. No entanto, o mesmo, geralmente, é visto pela família agricultora apenas como uma mera ajuda, ou seja, possui aspectos secundários em relação ao trabalho masculino” (MESQUITA 2013, p. 15). Desse modo, Ramos (2014, p. 37) destaca:

Além de cuidar da casa, no modelo de agricultura familiar, as mulheres são responsáveis pelo trato dos pequenos animais (geralmente aves e suínos) criados no quintal, pelo cultivo de hortaliças, ajudam nos roçados próximos das casas, pela transformação de alimentos (doces, queijos, quitandas), geralmente destinados para o consumo externo, devido ao melhor valor agregado ao produto final.

No entanto, para Mesquita (2013), por vezes, o papel da mulher na agricultura familiar é invisível, em decorrência da associação que é o homem responsável pelas tarefas produtivas e as mulheres são exclusivamente incumbidas de fazer os trabalhos relativos à reprodução. Contudo, a mesma autora afirma que a partir do processo das mudanças ocorridas no trabalho

feminino, a atividade remunerada que a mulher realiza, auxilia no incremento do orçamento familiar, dando uma nova dimensão ao papel da mulher na agricultura familiar de modo a evidenciar que ela participa ativamente da gestão da propriedade, plantio, colheita e etc. No entanto, são fatores determinantes para a desvalorização do trabalho feminino e sua baixa remuneração: o falso equívoco de “trabalho leve” e a posição ocupada na hierarquia familiar de subalternidade (PAULILO, 1987).

### 2.3 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DAS AGRICULTORAS FAMILIARES

A qualidade de vida no trabalho (QVT) está relacionada a “melhorias das condições físicas, programas de lazer, estilo de vida, instalações, atendimento a reivindicações dos trabalhadores, ampliação dos conjuntos de benefícios” (FERNANDES, 1996 apud LIMONGI-FRANÇA, 2013, p. 169).

Diante da realização do trabalho no ambiente rural, existem diversas implicações e fatores que afetam psicologicamente, mentalmente, fisicamente e/ou socialmente a prática da agricultura familiar pela mulher. Assim, o trabalho agrícola inclui riscos relativos à natureza do trabalho, ambiente de trabalho e ferramentas usadas (MONTEIRO, 2004). Nessa perspectiva, a QVT deve abranger a saúde física e primordialmente a saúde mental dos indivíduos, existindo a possibilidade de um trabalho adaptado ao indivíduo através da ergonomia (LIMONGI-FRANÇA, 2004).

Para Peres (2009) os agricultores familiares são o grupo mais vulnerável aos impactos nocivos ocasionados pelo agrotóxico. Assim, alguns estudos comprovaram que alguns transtornos mentais são decorrentes da exposição aos defensivos agrícolas (ZANOTTI (2017), provocando ansiedade e depressão (MONTEIRO, 2004). E isto é ocasionado pelos seguintes motivos: os agricultores recebem pequena assistência técnica sobre o manejo correto destes produtos; falta de fiscalização e controle sobre a venda e o descarte destes insumos; escolaridade baixa dos agricultores; os rótulos e bulas destes insumos são incompreensíveis; pressões do proprietário de terra nas áreas que foram arrendadas, exigências de produção rápida (PERES, 2009).

Para Parry et. al. (2005) apud Zanotti (2017), os fatores que ocasionam estresses no ambiente rural são: problemas de saúde e financeiros; clima político, pressões do tempo e

do volume de trabalho, doenças e crises agudas, circunstâncias climáticas antagônicas, sazonalidade, problemas na família, falhas mecânicas, segurança e etc. Já os fatores causadores de doenças na zona rural são: fogo, as ferramentas manuais, a aplicação de defensivos, condições sanitárias, eletricidade (MYER, 1998 apud MONTEIRO, 2004).

“O clima é um dos agentes físicos que interferem na atividade agrícola, sendo um dos determinantes da fadiga, a qual pode ser proveniente de longas horas trabalhadas, da demanda do trabalho, do aquecimento e da umidade relativa do ar” (MONTEIRO, 2004, p. 45). Para essa autora, irradiação solar constitui-se um grande risco aos agricultores, pois pode ocasionar tumores malignos de pele e a catarata.

Além disso, entre os agricultores predominam complicações agudas e crônicas, a saber: câncer de pele, perda de audição, artrite, amputação e doenças cardiovasculares (FREITAS; GARCIA, 2012). E exposição crônica ao glifosato, pode ocasionar dermatites, a disfunção endócrina e a desregulação do ciclo celular (PERES, 2009).

Para Zanotti (2017) há também a existência de riscos ergonômicos oriundos da postura corporal do trabalhador. Assim, o desenho precário das ferramentas ocasiona posturas incorretas de trabalho acarretando maior esforço físico para realizar a tarefa (MONTEIRO, 2004). Desse modo, os sintomas mais sentidos pelos agricultores são: dores nos braços, ombros e costas por trabalhar em uma posição constante e inclinada durante o dia e movimentar várias vezes mãos e pulsos e carregar excesso de cargas (ZANOTTI, 2017). Assim, vários problemas posturais acontecem, pois não é alterado a maneira de executar a atividade, sendo a posição fixa durante um longo período e ações repetitivas (MONTEIRO, 2004).

Pessoa e Alchieri (2014) enfatiza que os agricultores são vulneráveis às cargas de trabalho externas (físicas, biológicas, químicas e mecânicas) e internas (psíquicas e fisiológicas) implicando no surgimento de algumas doenças ocupacionais. Assim, para esses autores, as cargas físicas referem-se a radiação não-ionizante (RNI), umidade ou temperatura que modifiquem as fisiologias humanas; as cargas biológicas englobam os animais peçonhentos e os micro-organismos; as cargas químicas abrangem gases, poeiras e vapores e as cargas mecânicas referem-se as ferramentas e recursos usados; e por conseguinte essas cargas são materializadas prejudicando a saúde do (a) agricultor (a); já as cargas fisiológicas englobam o esforço contínuos, postura fixa e inadequada; por fim, as cargas psíquicas são

divididas em: sobrecarga psíquica (ritmo de labor intenso, trabalho que exija atenção demasiada) ou subcarga psíquica (reduz a capacidade intelectual na execução da tarefa).

Na percepção de Dias (2006) os fatores de riscos existentes no trabalho no ambiente rural são: mecânicos (manuseio de foices, enxadas, facões etc.); físicos (exposição à radiação solar, temperaturas altas, ruídos, calor e frio); biológicos (vulnerabilidade a picada de animais peçonhentos); químicos (agrotóxicos, medicação veterinária, adubação do solo); e inerentes a organização do trabalho (Jornada de trabalho intensa, ciclos duradouros e relações hierárquicas). Para essa autora, estes riscos são potencializados pelas precárias condições de vida, pois a acessibilidade da população a serviços básicos de saúde, educação, saneamento básico, transporte e comunicação são limitados ou até mesmo inexistentes.

No que diz respeito a saúde física, os agricultores são os mais propícios a apresentarem dores na coluna de modo a ser um perfil patológico predominante na realização da atividade agrícola (OSBORNE; BLAKE; FULLEN; MEREDITH; PHELAN; MCNAMARA ET AL., 2012 apud PESSOA; ALCHIERI, 2014).

Além disso, uma problemática recorrente na agricultura são as doenças respiratórias (FREITAS; GARCIAS, 2012). E isto pode ser consequência de o hábito dos agricultores fazerem queimadas para limpar os terrenos para plantios (MONTEIRO, 2004). Ademais, em decorrência da ocupação agrícola ser altamente pesada, os agricultores podem sofrer de distúrbios osteomusculares (ZANOTTI, 2017).

Em relação ao lazer das mulheres no ambiente rural, percebe-se que as ações de lazer estão restritas a área doméstica e quando ocorre é por meio de atividades mais calmas, a saber: participar de ações religiosas, passear com os filhos e visitar os parentes (ANDRADE ET AL., 2019 apud MESQUITA, 2013). Assim, há uma relativa autonomia na execução das tarefas agrícolas, propiciando um tempo livre para interagir com a família e atender suas necessidades (BRANDENBURG, 1999 apud MONTEIRO, 2004).

Para Peres (2009) nas últimas décadas, surgiram novos modelos de organização do trabalho na agricultura familiar, como as parcerias e os arrendamentos de terra, em decorrência da efetivação de insumos químicos e mecanização na prática agrícola familiar e conseqüentemente houve a ampliação do número de horas trabalhadas, o ritmo de trabalho ficou mais acentuado, o salário foi reduzido, pois, a remuneração dá-se pela produção e houve a violação do direito de trabalho. Nessa perspectiva para o agricultor familiar, não há uma

orientação de como o trabalho deve ser realizado e este é condicionado às condições meteorológicas e as ferramentas utilizadas para executar a atividade laboral (MONTEIRO, 2004).

## 2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E QVT DAS AGRICULTORAS FAMILIARES

As políticas públicas exercem um papel fundamental na promoção do bem-estar dos agricultores familiares. Assim, pode ser afirmado que estas políticas públicas colaboraram direta ou indiretamente na promoção da qualidade de vida no trabalho das agricultoras familiares, pois, as menções teóricas, citam de forma muito abrangente a expressão “agricultores familiares”.

Para Secchi (2012), a política pública é uma orientação criada com o propósito de combater um determinado problema de ordem pública. Desse modo com a finalidade de propiciar melhores condições de vida e de trabalho e para dar maior suporte aos agricultores familiares, nas últimas décadas, houveram a implementação de algumas políticas públicas direcionadas à agricultura familiar (CAZELLA; MALUF; BONAL, 2009). Assim, estas ações devem ter como ênfase a diminuição do êxodo rural, o desenvolvimento da região e propiciar os trabalhos produtivos (JUNQUEIRA; LIMA, 2008). Contudo, Zanotti (2017, p. 56) afirma que as políticas públicas existentes são “parcialmente eficazes no sentido de proporcionar melhorias às condições de vida dos agricultores”.

Para Silva (2015), em 1996, houve a primeira ação governamental direcionada a dar suporte financeiro e estratégico aos agricultores familiares através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e por conseguinte, em 2003, outras ações foram efetivadas, a saber: Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e a Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural (PNATER).

Assim, para Ramos (2014) são políticas públicas que beneficiam as agricultoras: Programa De Organização Produtiva Das Mulheres Rurais (POPMR); o acesso ao crédito rural através do PRONAF; PRONAF-MULHER, que é um crédito que supre as particularidades das agricultoras; a lei de assistência técnica e assistência rural nº12.188/10, em seu art. 3º traz orientações relativas à equidade de gênero; a reforma agrária, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR); e a previdência rural.

Nessa perspectiva, houveram convergências de direitos e benefícios previdenciários entre os trabalhadores rurais e urbanos a partir da constituição de 1988 (BOSCHI; SCHNEIDER, 2003 apud SILVA; COSTA; GUIMARAES, 2015). Para Ramos (2014, p. 45) “Somente com a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), através da Lei nº 4.214, de 02 de março de 1963, as trabalhadoras rurais passaram a ter acesso a benefícios previdenciários”.

Para Ramos (2014) O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar possibilita o acesso feminino aos créditos e uma de suas linhas de crédito, o PRONAF-MULHER propicia o atendimento das particularidades das agricultoras familiares. Assim, “O PRONAF-Mulher reconhece às mulheres enquanto sujeitos atuantes e autônomos e que podem ser interlocutoras de suas condições de trabalho e de gestão de empreendimentos e negócios nos pequenos sítios” (MENEGAT; FARIAS, 2010, p.10).

Uma outra política pública, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No que é relativo ao PNAE, o art. 14 da lei nº 11.947 fixa que no mínimo 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Estudantil (FNDE), seja usado para adquirir diretamente produtos oriundos da agricultura familiar (SILVA; COSTA; GUIMARÃES, 2015). Para as autoras, o PNAE e o PAA contribuem para a redução do êxodo rural e a promoção da segurança alimentar e nutricional, pois há a aproximação entre os agricultores familiares e os consumidores.

O Programa de Aquisição De Alimentos tem como finalidade possibilitar que os produtos da agricultura familiar sejam comercializados, por meio da fixação de preços mínimos para assegurar as compras, e propiciar a formação de estoques a fim de garantir a segurança alimentar; ou servir para os mercados de outras instituições (SILVA; COSTA; GUIMARÃES, 2015). Assim, propicia maior estabilidade e renda na agricultura familiar, pois auxilia os agricultores familiares a escoar sua produção, inserindo-os no comércio da região (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Com o intuito de garantir a condição cidadã feminina e sua autonomia, em 2004, houve o surgimento do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) que auxilia na emissão gratuita dos documentos (RAMOS, 2014). Assim, “com a documentação as mulheres buscam acesso a melhores condições de vida, através do acesso aos meios de produção, incentivos, políticas e programas desenvolvidos pelo Estado para



diminuição das desigualdades sociais e de gênero no campo” (RAPOZO, 2019).

A assistência técnica e extensão rural (ATER), foi ampliada, direcionando ações para as agricultoras familiares. Assim, “a nova lei de ATER, nº 12.188, de janeiro de 2010, traz em seu art. 3º, sobre os princípios desta lei, no capítulo V, disposições a respeito da equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia” (RAMOS, 2014). Assim, as atividades de ATER destinadas as mulheres são:

capacitação e formação para beneficiamento da produção e agregação de valor (panificação, produção de doces, compotas, conservas, artesanato etc.), ações de apoio à organização produtiva, à comercialização e geração de renda, além de cursos de capacitação e formação para promoção da igualdade de gênero, geração, raça e etnia (BUTTO, 2014)

Para Ramos (2014), o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR) promove o protagonismo econômico das agricultoras, auxiliando no acesso a benefícios de natureza socioassistencial, como o Programa De Atenção Integral À Família (PAIF) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Assim, desenvolve ações no intuito de mapear e incentivar à organização de grupos de mulheres que são produtoras agrícolas em um determinado território de modo a buscar consolidar empreendimentos de economia solidária (BUTTO, 2014)

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia pode ser compreendida como o estudo sistemático da organização e da direção a ser percorrida para pôr em prática uma pesquisa científica (FONSECA, 2002). Assim, este tipo de pesquisa é feito de um exame detalhado efetivado com a finalidade de solucionar um determinado problema, fazendo uso dos procedimentos científicos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Para essas autoras, a metodologia não é limitada apenas à descrição dos métodos e técnicas que serão empregados na pesquisa, mas também abrange a indicação da delimitação teórica feita pelo pesquisador para tratar do objeto de estudo.

Nessa perspectiva, Ander-Egg (1978, p. 28) apud Lakatos e Marconi (2010) destaca que a pesquisa é “um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos e dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”. A pesquisa é compreendida como um procedimento de caráter sistemático e

racional com o propósito de dar soluções para os problema que foram apresentados, sendo desenvolvido por um processo composto por diversas fases, que inicia a partir da concepção do problema e vai até a exibição e debate dos resultados (GIL, 2010). Dessa forma, existem vários tipos de pesquisas existentes considerando a sua natureza, abordagem, procedimentos e objetivos. Assim, de acordo com objeto do estudo devem ser selecionadas as modalidades de pesquisa mais adequadas.

### 3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Para Marconi e Lakatos (2008), “A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento”. Assim, a pesquisa qualitativa apresenta as seguintes peculiaridades: a ênfase é no significado que cada indivíduo dá a uma determinada coisa ou ao modo que levam à vida; possui caráter descritivo; a fonte de obtenção de dados é o ambiente natural e o pesquisador exerce um papel de instrumento; e a ênfase é dedutiva (GODOY, 1995).

Nessa perspectiva, este tipo de pesquisa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2000, p. 22). Desse modo, o presente trabalho é de natureza qualitativa.

### 5.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

No que é relativo aos objetivos da pesquisa, Gil (2010) destaca que a pesquisa de caráter exploratório tem como finalidade propiciar uma familiaridade maior com o problema a fim de torná-lo mais evidente ou auxiliar na elaboração de hipóteses. Para Vergara (2004), a pesquisa exploratória é feita em áreas em que há pouco conhecimento aglomerado e estruturado. Assim, optou-se pela escolha da pesquisa exploratória para compreender melhor a QVT das agricultoras familiares do município de Redenção - CE.

### 3.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para Marconi e Lakatos (2010) para obter os dados, podem ser usados os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental ou pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica é realizada baseada nos materiais que já foram publicados, incluindo livros, jornais, teses e anais de eventos científicos e por conta das novas modalidades de informações, também abrange os materiais disponíveis na internet (GIL, 2010). Assim, é realizado uma síntese dos trabalhos realizados mais relevantes, que contribuam na provisão de dados recentes e importantes que têm relação com o tema abordado (MARCONI; LAKATOS, 2010). Desse modo, o presente estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica para encontrar materiais disponíveis na internet e na biblioteca sobre os assuntos abordados neste trabalho.

### 3.4 TÉCNICAS DE PESQUISAS OU INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para Marconi e Lakatos (2010, p. 205), as técnicas são “conjuntos de preceitos ou processos de que serve uma ciência, são também a habilidade para usar estes preceitos ou normas na obtenção de seus propósitos”. Assim, as técnicas abordadas por estas autoras e que serão utilizadas nesta pesquisa, são: a documentação indireta e a observação direta intensiva.

Para Marconi e Lakatos (2010), a documentação indireta é fase da pesquisa que tem a finalidade de fazer o levantamento das informações iniciais sobre o tema selecionado para ser objeto de estudo e isto pode ser feito por meio da pesquisa documental e/ou bibliográfica.

Para Marconi e Lakatos (2010, p. 178) a entrevista pode ser compreendida como “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Para essas autoras, este tipo de procedimento é uma conversa realizada frente a frente, de maneira sistemática, disponibilizando ao entrevistado, na forma verbal, a informação precisa. Assim, as informações são solicitadas de forma direta aos indivíduos que são objeto de estudo (SEVERINO, 2007). É feita a observação direta intensiva através da entrevista (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada pode ser entendida como “aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem respostas do informante”. Assim, para Marconi e Lakatos (2010) este tipo de entrevista auxilia no registro e avaliação das respostas das pessoas entrevistadas, na aquisição de respostas mais dinâmicas e possibilita a indagação de alguma questão que não tenha sido planejada. Nesta pesquisa os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas aplicadas individualmente as agricultoras familiares do município de Redenção - CE. No total, foram 17 entrevistadas realizadas.

Os roteiros de entrevistas foram elaborados com base nos trabalhos de Kanikadan (2014) e Mesquita (2013), pois, ambas usaram a técnica das entrevistas em suas teses de doutorado e mestrado, respectivamente. Além disso, foi adotado também o modelo de Walton (1973) apud Kanikadan (2005) para elaborar as questões do roteiro inerentes a QVT.

### 3.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

A análise pode ser compreendida como a “tentativa de evidenciar a relação existente entre o fenômeno estudado e outros fatores” (MARCONI; LAKATOS, 2010). A análise do conteúdo pode ser entendida como a representação do conjuntos técnicas usadas para fazer a análise das comunicações com a finalidade de conseguir indicadores que propiciem a inferência de conhecimentos relacionadas às circunstâncias que estas mensagens são produzidas ou recepcionadas, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrever os conteúdos destas mensagens (BARDIN, 2011).

Para Severino (2007, p. 121) na análise do conteúdo “as linguagens, a expressão verbal, os enunciados são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e seus componentes psicossociais”. Assim, foi feita uma análise de conteúdo dos dados coletados.

### 3.5 AMOSTRAGEM EM BOLA DE NEVE

Para Marconi e Lakatos (2010) o universo ou população é caracterizado pelo

conjunto de seres que possuem ao menos uma peculiaridade em comum. A amostra estuda uma pequena parte da população (GIL, 2010). Assim, neste trabalho, a amostra é não probabilística, ou seja, não é orientada por cálculos matemáticos, mas em critérios fixados pelo pesquisador (VERGARA, 2010).

Nessa perspectiva, foi utilizado a amostragem em bola de neve, que é uma forma de amostra não probabilística. Assim, para Vinuto (2014) esta amostragem é caracterizada pela utilização de cadeias de referências para detectar possíveis grupos difíceis de serem alcançados. Assim, o modo de realização desta amostragem é formado pelas seguintes etapas:

Para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral [...] Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas [...] (IBIDEM, p. 203)

Assim, foi perguntado a alguns homens agricultores residentes nas comunidades da pesquisa, indicações de pessoas que trabalham ou trabalhavam na agricultura familiar. Daí verificavam-se os nomes de pessoas mais mencionados e comuns nas falas e ia até às residências das agricultoras familiares. Além disso, logo após terminar as entrevistas, era perguntado às entrevistadas indicações de outras mulheres que faziam esta atividade laboral. Assim, o deslocamento nas comunidades foi agilizado em decorrência de uma pessoa levar a entrevistadora de um lugar para outro de motocicleta.

Além disso, optou-se por entrevistar não apenas as agricultoras familiares ativas, mas também inativas, ou seja, já aposentadas que não pode mais trabalhar por motivos de saúde ou idade. Assim, estas já tiveram muitos anos de experiências e possuem um conhecimento aprofundado sobre a realidade do trabalho agrícola familiar.

### 3.6 TERMO DE CONSENTIMENTO ORAL

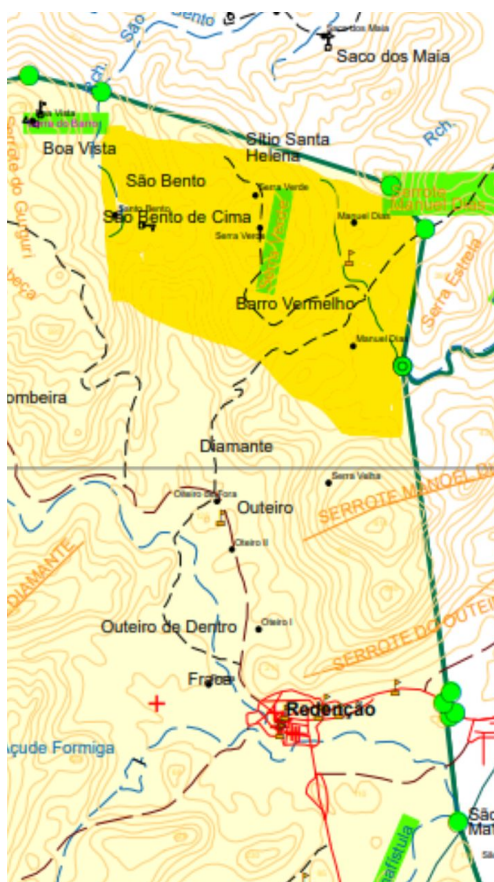
Sobre a permissão para a concessão das entrevistas, optou-se por fazer um acordo oral com as entrevistadas. Assim, inicialmente, houve a apresentação sobre o tema da entrevista, a finalidade desta, os usos dos dados e algumas informações acadêmicas da entrevistadora. Após isso, as possíveis entrevistadas davam suas respostas se estavam ou não dispostas a colaborar com a pesquisa. Assim, caso a resposta fosse positiva, era perguntado se

era autorizado a gravação e logo depois era efetivado a aplicação das entrevistas.

### 3.7 LOCAIS DE APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS

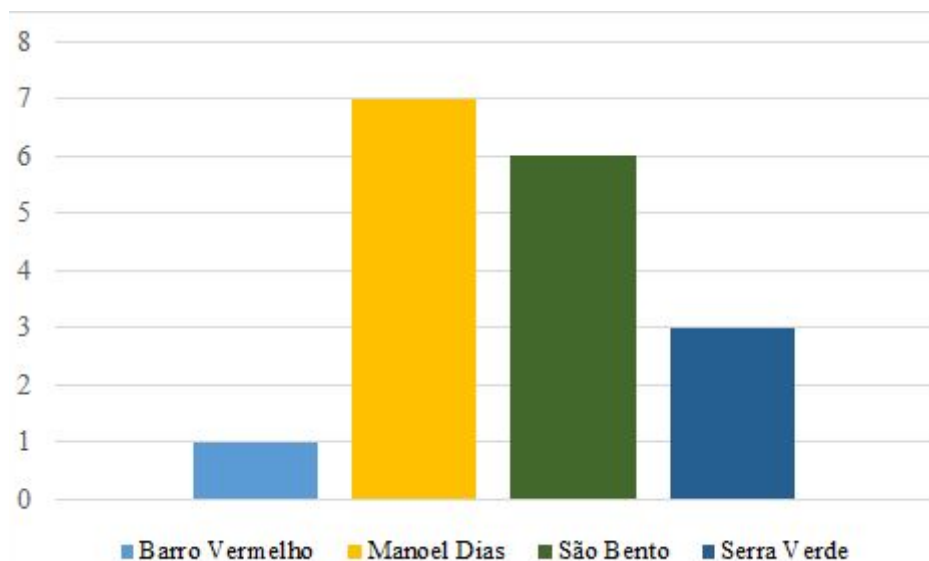
As entrevistas semiestruturadas foram realizadas entre os dias 02/03/2020 a 14/03/2020 nas localidades de Barro Vermelho, Manoel Dias, Serra Verde e São Bento. A figura 1 destaca na cor amarela os locais onde foram aplicadas as entrevistas e a situação territorial dessas comunidades no município de Redenção - CE.

**Figura 01-** Área de aplicação das entrevistas



Fonte: Adaptado IPECE

Nessa perspectiva, os locais onde tiveram mais agricultoras familiares entrevistadas foram: Manoel Dias e São Bento. Nas demais comunidades, foi efetivado um número reduzido.

**Figura 02-** Número de entrevistadas por localidade

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Segundo Ribeiro (2012) o município de Redenção - CE pertence a microrregião do Maciço de Baturité e mesorregião Norte do Estado de modo que os municípios circunvizinhos ao território redencionista são: ao sul, Aracoiaba e Barreira; ao norte, Pacoti, Acarape, Palmácia e Guaiúba; ao leste, Barreira e Acarape; e ao oeste, Pacoti e Baturité.

As comunidades onde foram realizadas as pesquisas fazem fronteira com o município de Guaiúba e situam-se na zona rural à uma distância entre 7 e 9 km da sede do município de Redenção - CE. O principal meio de transporte para chegar a estes locais é o pau-de-arara. As principais atividades exercidas nestes locais são a prática da agricultura familiar, o cultivo de bananeiras, e a criação de animais, como: galinhas, gados ou porcos.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nesta seção são evidenciados e analisados os principais resultados deste trabalho.

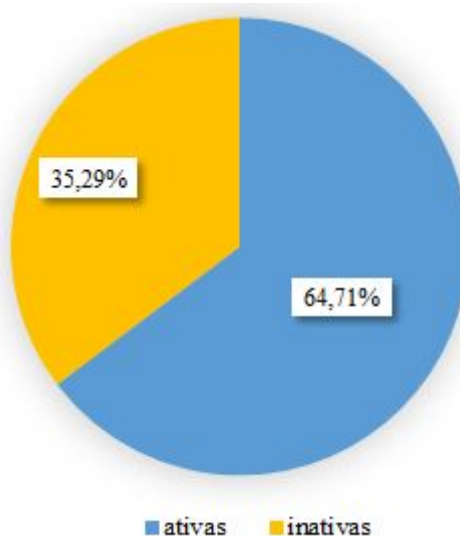
##### **4. 1. PERFIL DAS ENTREVISTADAS**

Neste trabalho, optou-se por fazer entrevistas com as agricultoras familiares que realizam cotidianamente a atividade e também com aquelas que já trabalharam muito ao longo da vida, mas que agora não podem mais trabalhar. Assim, consideram-se neste trabalho, a

seguinte classificação: as agricultoras ativas seriam aquelas que estão a exercer a prática da agricultura familiar junto com o marido e/ou filhos ou sozinha; e as inativas, são aquelas que no passado trabalhavam, mas nos dias atuais, não exercem a atividade laboral por estarem muito idosas ou por apresentarem algum problema de saúde.

No município de Redenção há dois sindicatos. O primeiro é denominado sindicato dos trabalhadores (as) na agricultura familiar de Redenção (SINTRAF - REDENÇÃO); e o segundo é o sindicato dos trabalhadores rurais. Todas as entrevistadas são filiadas a uma associação desta natureza. Assim, a maioria das entrevistadas são agricultoras ativas.

**Figura 03-** Situação atual das entrevistadas quanto ao trabalho

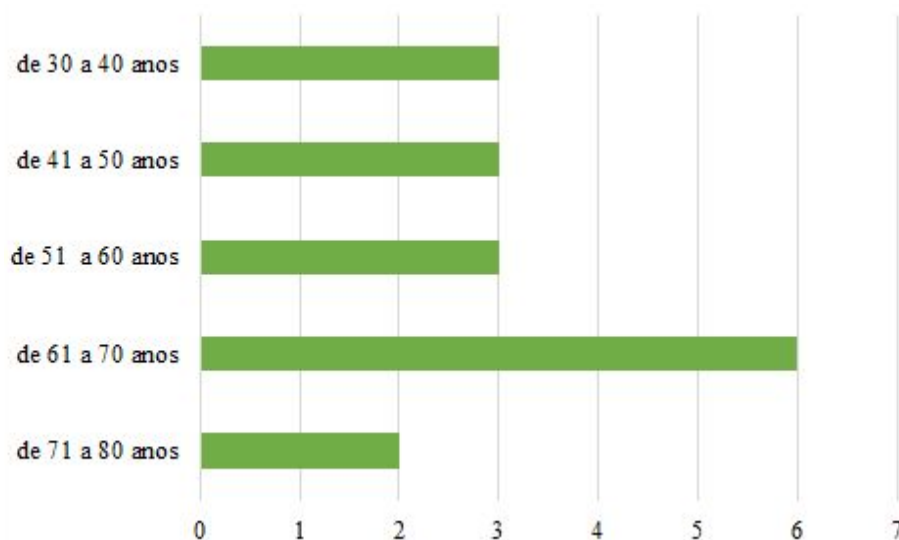


Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Sobre a faixa etária, percebe-se a predominância de entrevistadas com idades entre 61 a 70 anos. Dentre elas, duas ainda praticam a atividade agrícola. Assim, este trabalho abrangeu pessoas com idades entre 30 a 80 anos. No entanto, não foi identificado a existência de agricultoras familiares com idade inferior a 30 anos nessas comunidades.

**Figura 04-** Faixa etária das entrevistadas

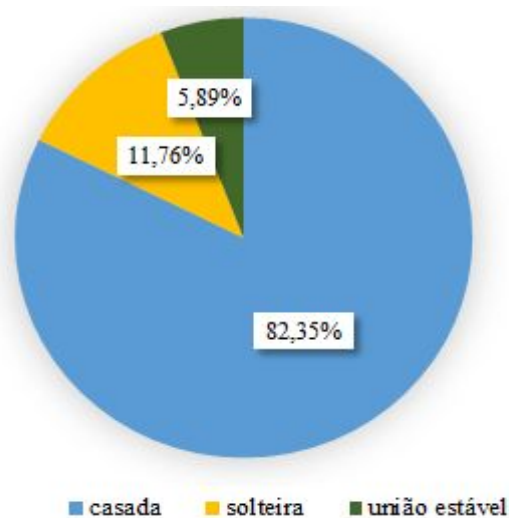




Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

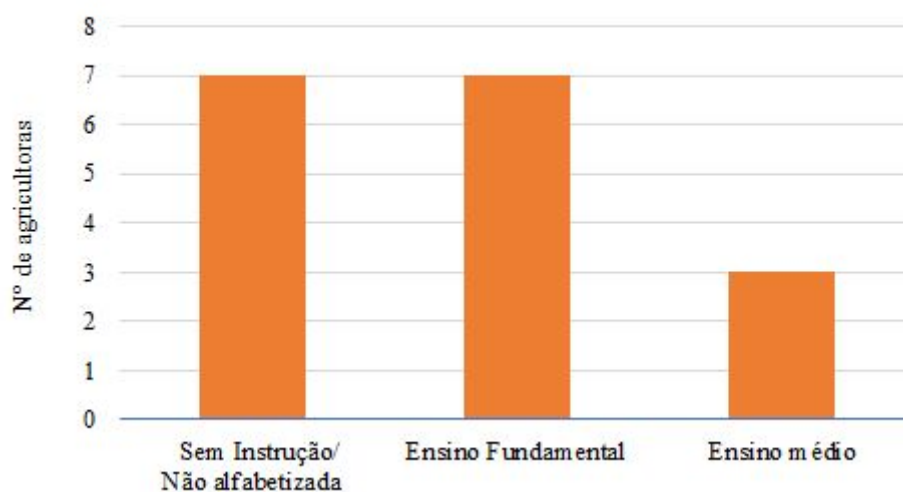
Em relação ao estado civil das entrevistadas, a maioria são casadas. E em alguns casos, vivem apenas a entrevistada e seu cônjuge na residência familiar.

**Figura 05** - Estado civil das entrevistadas



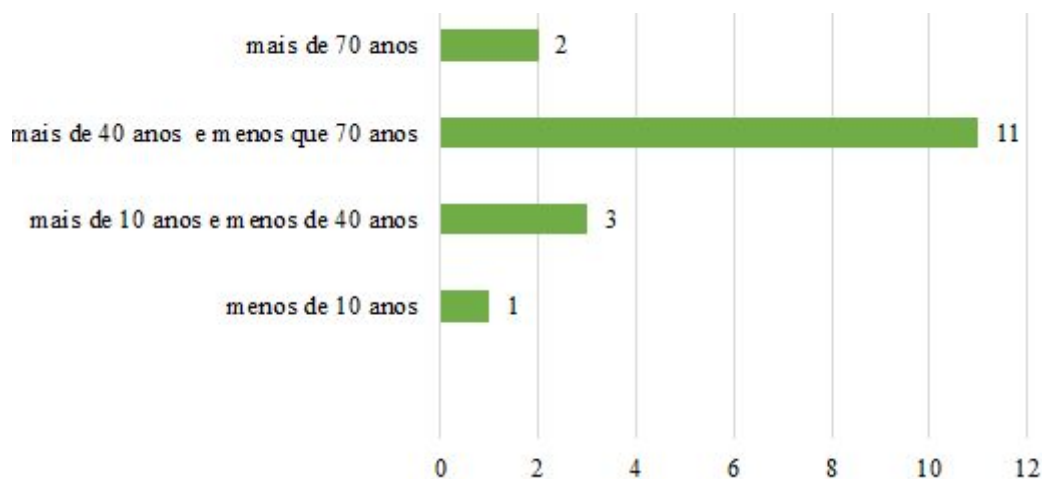
Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A maioria das entrevistadas com idade acima de 60 anos não sabem ler e escrever. Já as que possuem entre 30 a 60 anos, quase todas cursaram alguma série do ensino fundamental ou concluíram o ensino médio.

**Figura 06 - Escolaridade das entrevistadas**

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

No que tange ao tempo que moram nas comunidades da zona rural, grande parte das entrevistadas residem há mais de 4 décadas nestes locais. E isto ocorre porque desde o seu nascimento elas moram nestas comunidades.

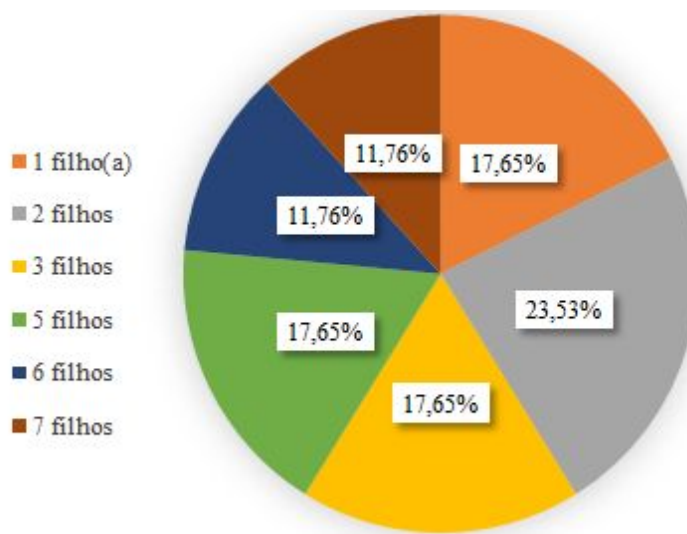
**Figura 07 -Tempo de residência na zona rural**

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Todas as entrevistadas possuem filhos. Este número varia entre 1 a 7 filhos. Assim, considera-se neste trabalho apenas o número de filhos que estão vivos para saber de uma forma bem geral sobre as atividades ocupacionais que eles exerciam no momento da

pesquisa.

**Figura 08** - Número de filhos por entrevistada



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A metade destes filhos (50%) realizam a mesma atividade laboral de suas mães: a agricultura familiar. Contudo, a entrevistada 11 (2020) ressalta: “São agricultor, mas por enquanto o povo não arrendam mais terra, né? [...] “porque o povo, os donos das terras, não querem mais arrendar por causa dos problemas que tem com Ibama, né?”. Já os demais que não são agricultoras (es), possuem um emprego formal ou informal ou não possuem nenhuma ocupação. Além disso, há filhos que apenas estudam no ensino fundamental, médio ou superior sem nenhum exercício de atividade ocupacional.

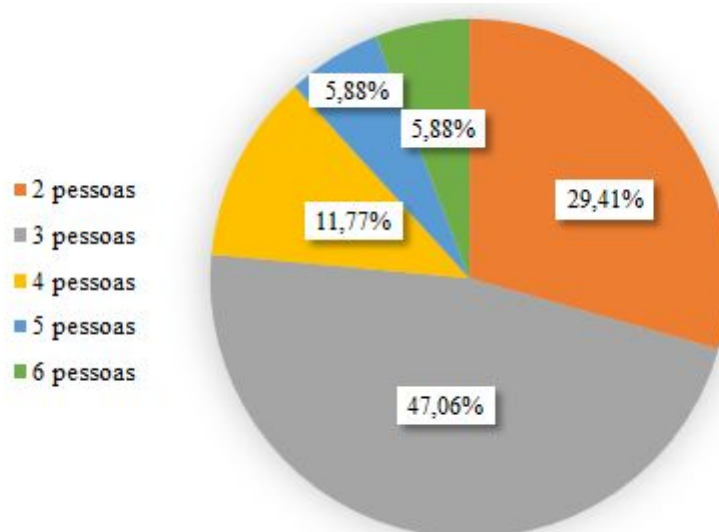
Na legislação estadual, um dos aspectos, estabelecido pela A lei complementar nº 127, de 12 de dezembro de 2017 foram normas gerais inerente ao combate e a prevenção de incêndios nas florestas. Assim no inciso IV do art. 3º desta lei consta que há proibição do uso fogo no território neste caso: “nas propriedades rurais para limpeza e preparação de roçados, durante o período de emergência ambiental, conforme definido na Portaria Ministerial nº 51, de 12 de fevereiro de 2016” (CEARÁ, 2017).

Mas adiante no art. 5 consta que o uso do fogo poderá ser autorizado na forma de queima controlada quando: “se às peculiaridades locais ou regionais justificarem o seu uso em práticas agrícolas, pastagens e agrosilvopastoris, circunscritas às áreas e de acordo com um calendário de queima, conforme regulamento, sendo vedado em quaisquer dos casos a

intervenção em área de preservação permanente e reserva legal” (IBIDEM). Então o que falta é o fornecimento de orientações e informações pelos órgãos governamentais sobre o que pode e não pode fazer, porque segundo os relatos das agricultoras familiares, as intervenções do IBAMA são recorrentes e isto faz com que o agricultor sinta medo de realizar suas atividades, porque pode ser punido. No entanto, cabe destacar que as políticas públicas devem servir de apoio às agricultoras familiares, mas o que percebe que estas ações públicas estão dispersas e não chegam ao público-alvo. E isto vai de acordo com Zanotti (2017) sobre o caráter parcialmente eficaz das políticas públicas.

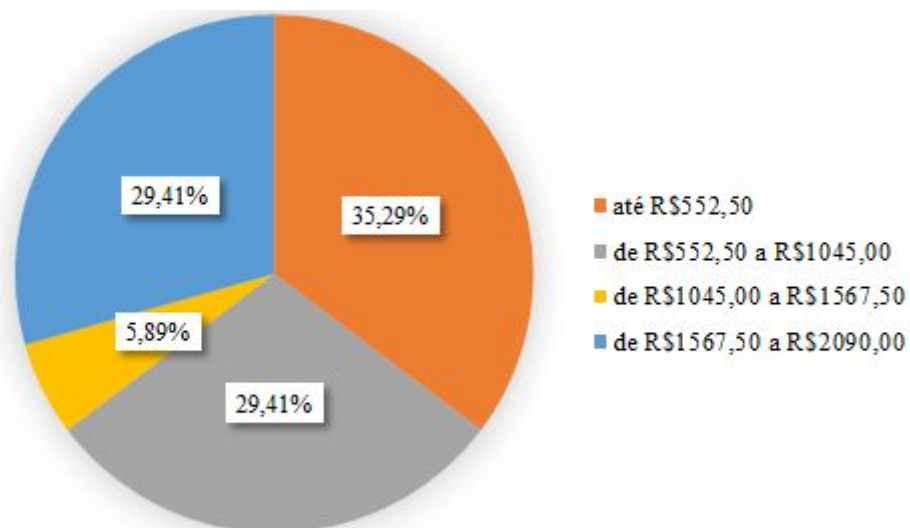
Sobre o número de pessoas residentes na casa das entrevistadas, há aquelas que vivem apenas com o marido, pois os filhos delas já possuem casa própria ou foram tentar a vida em um outro local. Já outras, moram apenas ela, o cônjuge e o (s) filho (s). Em alguns, a composição do lar é mais diversificada, havendo mais parentes morando na residência, como: irmãos, netos, mãe e/ou nora.

**Figura 09** - Número de pessoas residentes na propriedade familiar



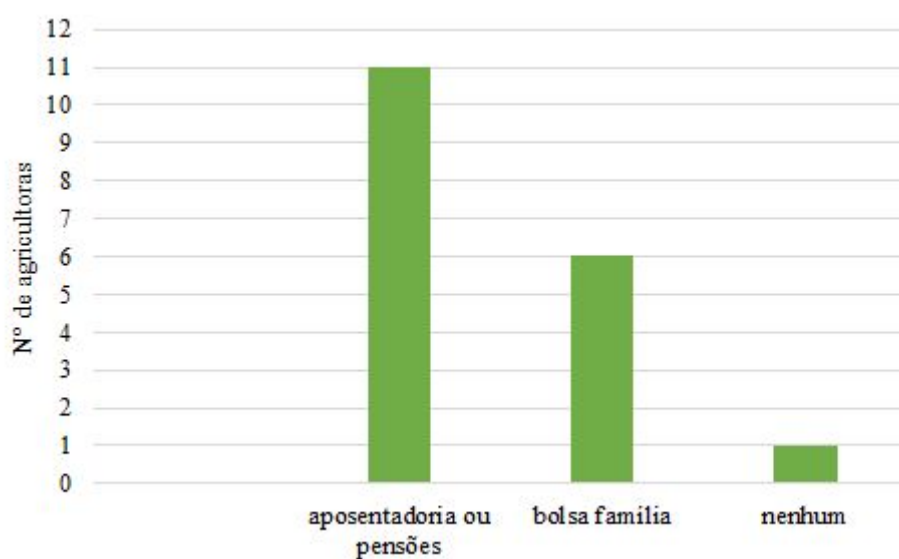
**Fonte:** Dados da Pesquisa (2020)

Sobre a renda mensal, 6 entrevistadas afirmaram receber até meio salário mínimo. Uma delas alega um valor inferior a 150,00 por mês. Assim, algumas entrevistadas possuem uma renda mensal maior por conta da existência de aposentadorias ou pensões em seu núcleo familiar. Em outras a renda mensal é bem inferior, pois não há ninguém na família que receba qualquer tipo de salário.

**Figura 10-** Renda mensal da família da entrevistada

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A maioria das entrevistadas recebem ou têm membro familiar que receba aposentadoria ou pensão. Contudo, uma das entrevistadas recebe dois benefícios: a pensão e o bolsa família. Assim foi contabilizado nas duas modalidades. Apenas uma entrevistada não recebe nenhum benefício.

**Figura 11 -** Recebimento de benefícios por entrevistada

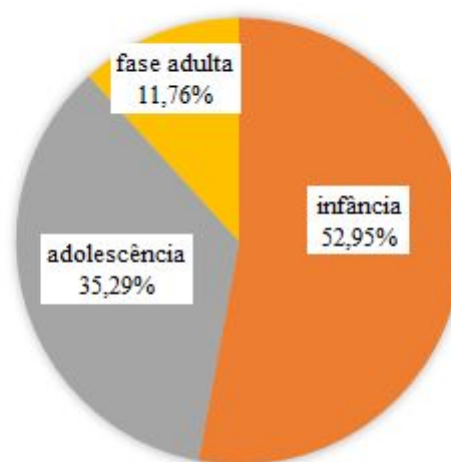
Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Conforme exposto nos aspectos metodológicos, optou-se pela análise do conteúdo. Assim, de acordo com o referencial teórico e com os dados coletados a partir das entrevistas, considera-se as seguintes categorias a serem trabalhadas neste trabalho: condições de trabalho, ações e serviços governamentais: bem-estar e saúde, oportunidade e vida social.

#### 4.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO

A maioria das entrevistadas começou a ajudar seus familiares no roçado no período da infância, outras, apenas quando eram já adolescentes e outras mais tardiamente, já na vida adulta. A entrevistada 2 e 9 são exemplos deste último caso. Ambas têm 51 anos, mas começaram a trabalhar na agricultura, há 7 e 15 anos, respectivamente. Há também relato de início de trabalho na agricultura com a idade de 7 anos. Assim, houve um início precoce de trabalho. Hoje, esta prática da agricultura não é disseminada em quase nenhuma idade juvenil, havendo um sentimento de aversão das gerações mais jovens a este tipo de trabalho.

**Figura 12** - Período da vida que a entrevistada começou a trabalhar

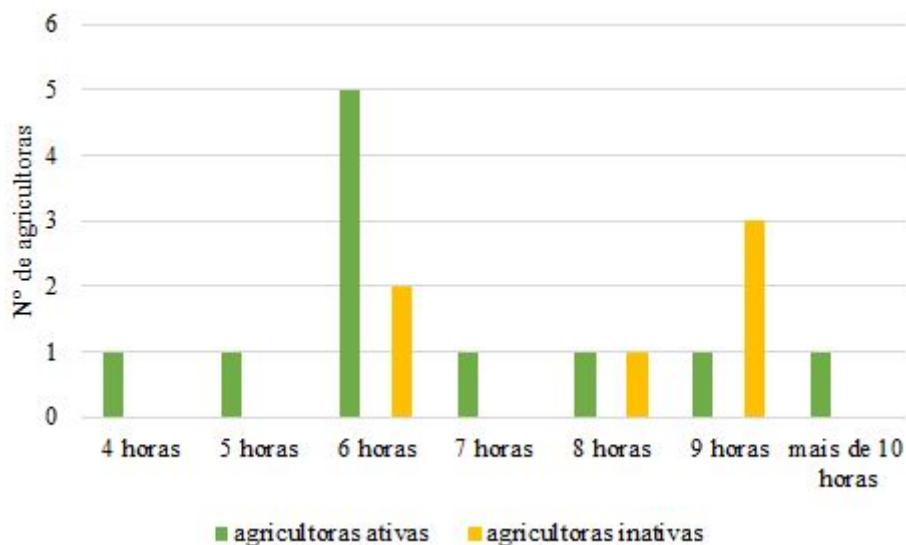


Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Entre as agricultoras ativas, a jornada de trabalho varia entre 4 a 12 horas por dia. Mas a maioria delas trabalham 6 horas diárias, começando no amanhecer do dia e indo até ao meio-dia. Já as agricultoras inativas exerciam seu trabalho com uma duração entre 6 a 9 horas diárias. Assim, algumas delas ficavam até o período da tarde, pois já levava o almoço pronto.

Logo, os dados colaboram com a concepção de Monteiro (2004) de jornada de trabalho extensa, pois as mulheres têm que conciliar as atividades da agricultura familiar juntamente com outras atividades domésticas, tais como: cuidar da casa, dos filhos e etc.

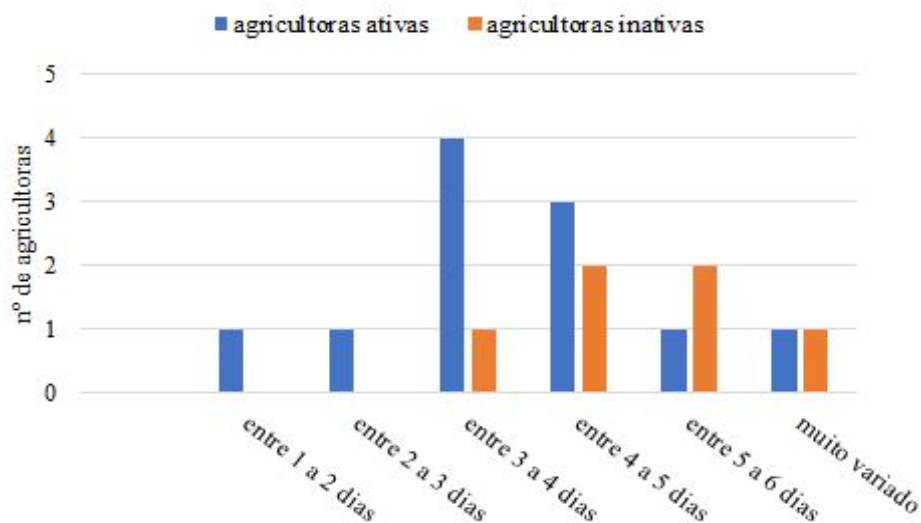
**Figura 13** - número de horas diárias trabalhadas



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Em relação ao número de dias trabalhados percebe-se que cada uma tem sua rotina de trabalho, não há um padrão estabelecido. Entre as agricultoras ativas, há aquelas que trabalham pouco dias, mas há também aquelas que trabalham quase todos os dias da semana. Assim, a maioria das agricultoras ativas trabalham entre 3 a 5 dias por semana. Já entre as inativas, havia a predominância de trabalho entre 4 a 6 dias semanais.

**Figura 14** - Número de dias da semana trabalhado

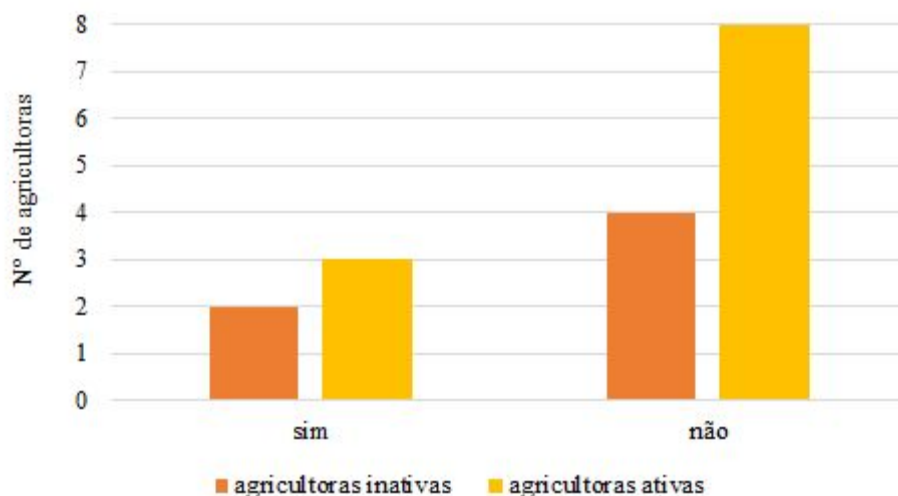


Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A maioria dos trabalhos realizados pelas agricultoras ativas e inativas não eram remunerados. São poucas as que recebem ou receberam alguma diária. Assim, entre as agricultoras ativas, a remuneração por dia variava entre R\$ 25,00 a R\$ 35,00. Já entre as inativas, elas só faziam usufruto de R\$ 30,00 o meio-dia de trabalho. E ambas as remunerações só são possíveis caso haja o exercício do trabalho fora da propriedade familiar. Assim, quem realiza estes pagamentos são os proprietários de roçados, que em alguns casos, não tem mão-de-obra suficiente na sua familiar ou a extensão territorial da lavoura é grande. Daí surge a necessidade de buscar pessoas de fora do seu núcleo familiar para trabalhar. No entanto, esta prática não é tão frequente, pois nem todo mundo no meio rural tem condições de estar pagando várias diárias sucessivas. Às vezes, o que ocorre é a troca de diária entre os agricultores para facilitar as fases de trabalho, principalmente, quando os roçados tem a extensão territorial grande.

**Figura 15** - Realização de trabalho remunerado

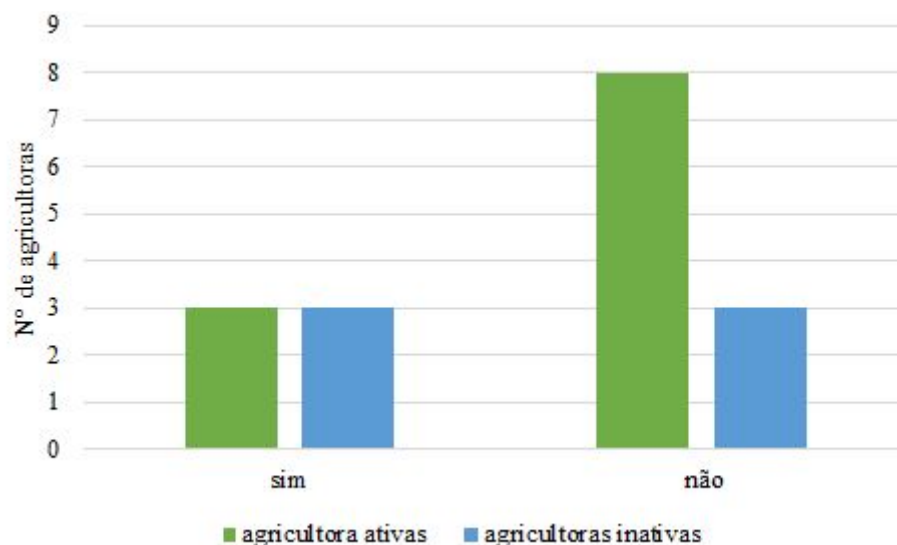




Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A maioria das agricultoras ativas não realizam qualquer outro tipo de atividade fora da propriedade familiar. Os trabalhos realizados em lugares externos, envolvem atividades de bordados, cuidar de crianças ou fazer tarefas domésticas em uma outra casa. Uma delas, ressaltou: “Minha vida foi trabalhando na roça mesmo, foi a arte que eu aprendi até hoje... arte pesada!” (ENTREVISTADA 01, 2020). Assim, algumas agricultoras têm o desejo de realizar novas atividades, mas isto é restrito pelas poucas oportunidades de trabalho na zona rural. Logo, pela escassez de novas oportunidade de trabalho na zona rural, o exercício de atividades pluriativas evidenciado por Schneider (2009) e por Gavioli e Costa (2011) não pode ser efetivado. Assim, predomina apenas a prática da agricultura familiar.

**Figura 16** - Exercício de outra atividade fora da propriedade familiar

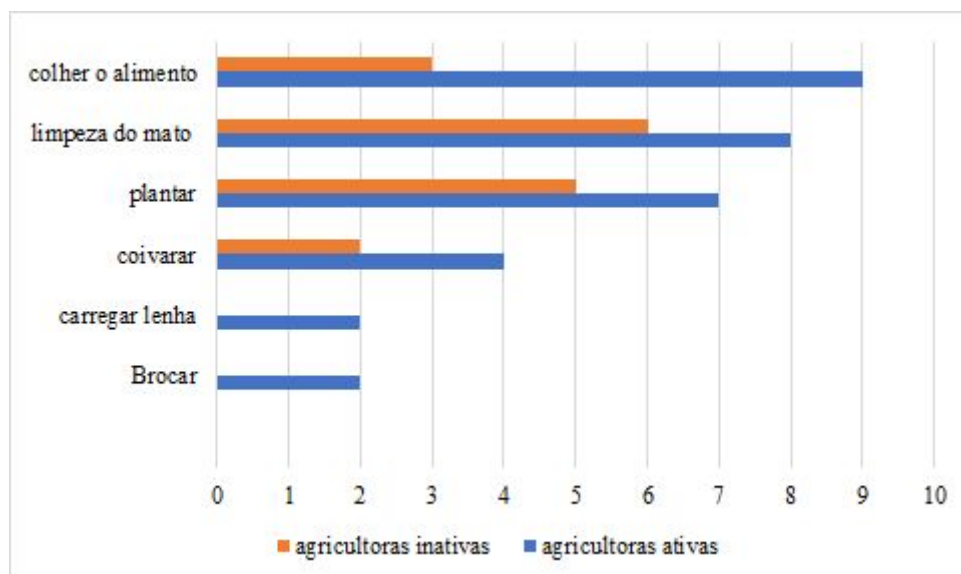


Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Em relação às atividades realizadas na agricultura familiar, é predominante entre as agricultoras ativas o desenvolvimento das atividades de plantação, colheita e limpeza dos matos. Caso similar acontece com as agricultoras inativas. Poucas agricultoras “brocam, pois, este trabalho é visto como sendo algo pesado e que exigem muita força. Assim, as outras atividades que não seja brocar são frequentes entre as agricultoras entrevistadas: “fazia o plantio, só não fazia brocar. Mas fazia coivara, né? que era juntando os garranchos que ficava e limpava. Fazia toda atividade, só não dar broca<sup>1</sup>” (ENTREVISTADA 11, 2020). Estes dados convergem com os trabalhos de Pastório e Rosler (2014), Sales (2007), Ramos (2014) por tratar a atuação ativa da mulher na agricultura.

**Figura 17** - atividades desenvolvidas pelas entrevistadas

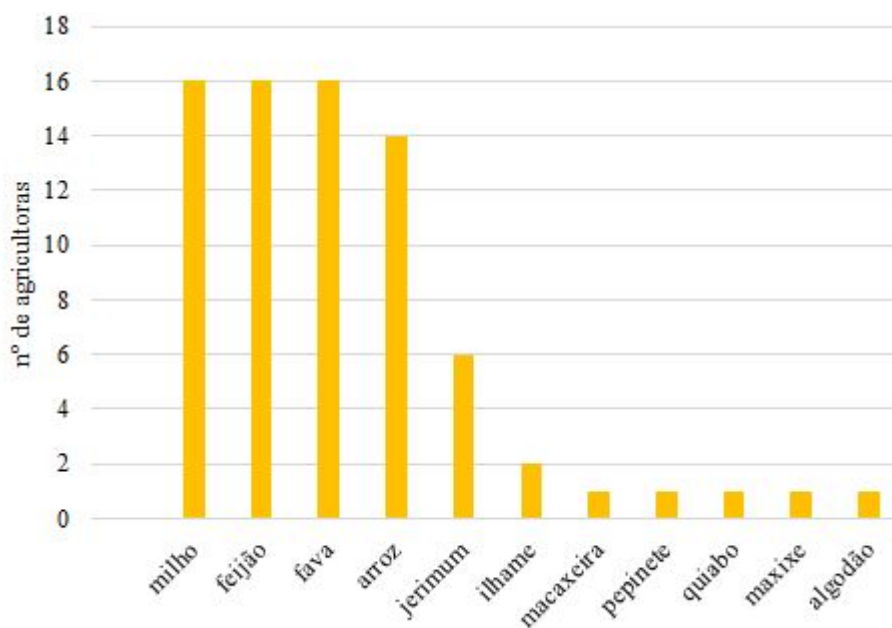
<sup>1</sup> A partir dos relatos das entrevistadas, pode-se perceber que broca é a primeira atividade feita no processo de criação dos roçados. Consiste na retirada da vegetação do local até que ela fique próxima ao solo por meio de foices para futuramente este espaço ser usado para a plantação. Logo após a broca, faz o aceiro, ou seja, a delimitação do local que vai ser queimado a fim de realizar a queima da vegetação que foi cortada.



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Entre as agricultoras ativas e inativas, percebe-se a predominância do cultivo de milho, feijão, fava e arroz nas lavouras. Outros alimentos são plantados só que em menor escala.

**Figura 18 - Alimentos cultivados**

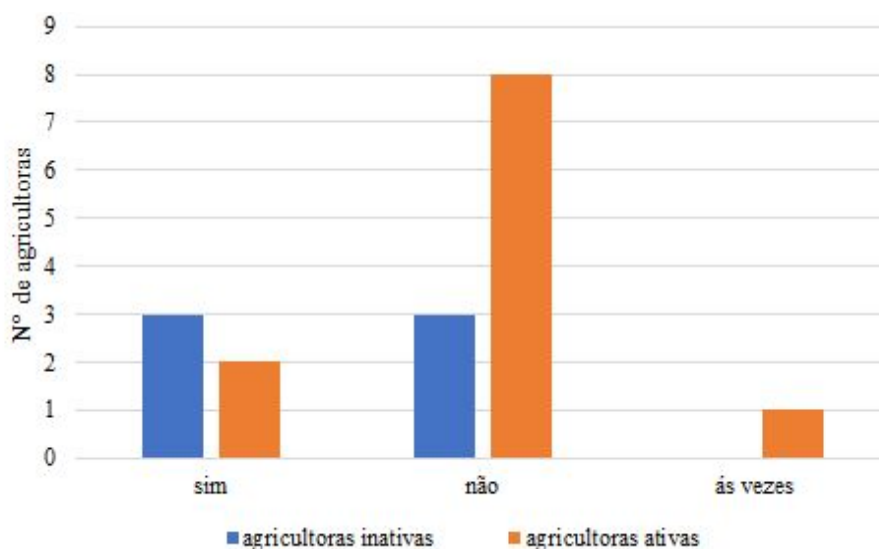


Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Grande parte das agricultoras ativas não vendem os produtos colhidos na

agricultura familiar. Eles são destinados exclusivamente para consumo ou para outras finalidades doméstica, sendo apenas vendido em casos extremos: “Não, sabe porque o arroz, o feijão e a fava [...] dá pouco, é pra gente comer e o milho é para as galinhas, não tem como vender. só vende assim, se deuzulive, for preciso mesmo... só pro gasto” (ENTREVISTADA 03, 2020). Para quem comercializa os produtos, os compradores são vizinhos, comerciantes, pessoas das comunidades ou qualquer outra pessoa que tenha vontade de comprar ou então opta-se por vender em feiras. Por mais que não seja tão recorrente nas falas, este processo de consumo e venda de produtos da agricultura familiar vai de acordo com o que foi evidenciado por Schneider et al. (2011) sobre o exercício da pluriatividade para-agrícola.

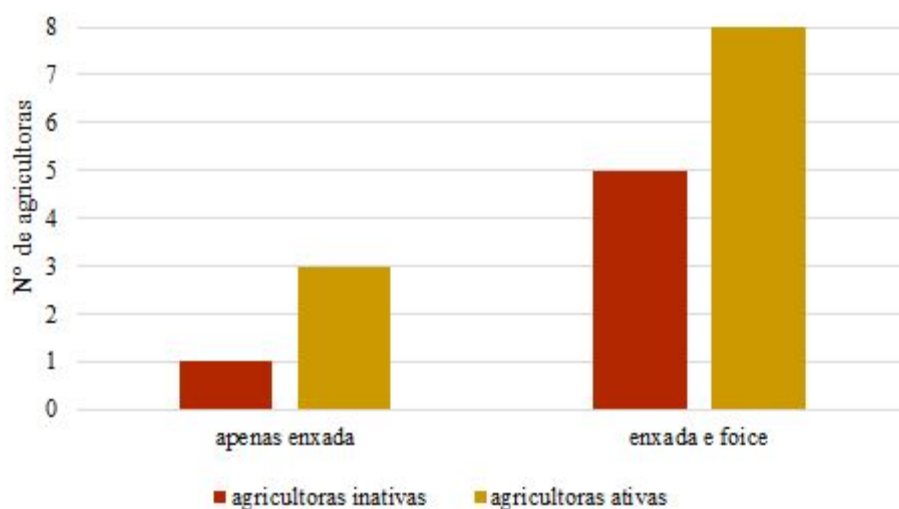
**Figura 19** -Venda de produtos da agricultura familiar



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Grande parte das agricultoras ativas e inativas faz ou fazia uso da enxada e da foice para trabalhar. Assim, nas falas é destacado que: a enxada é utilizada para cavar o solo, fazer a limpeza da vegetação que estão crescendo ao redor do plantio e a foice para fazer atividades de coivaras, roçagem e broca. Estes resultados colaboram parcialmente com a percepção de Couto (2002) apud Monteiro (2004) de usos de diversas ferramentas para trabalhar. Nenhuma das entrevistadas faz uso de facões, alicates e motosserras.

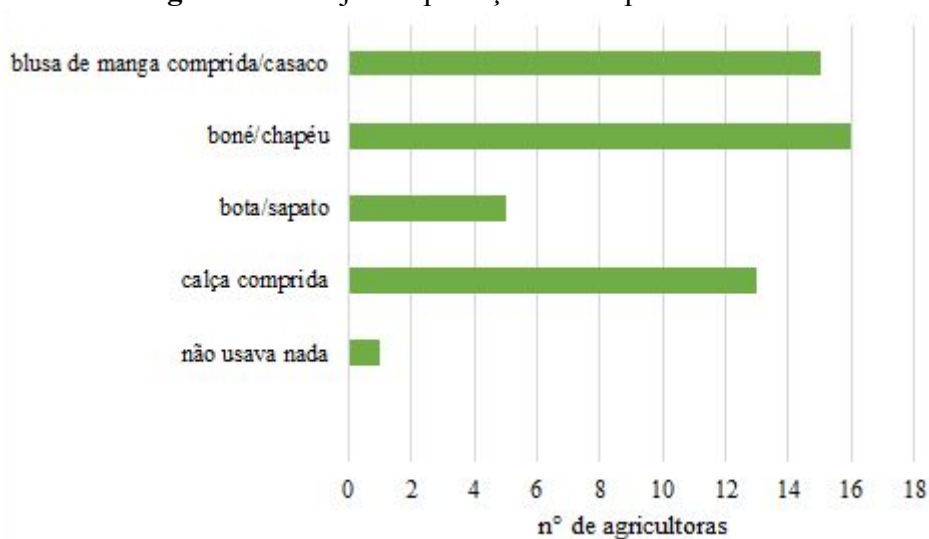
**Figura 20-** Ferramentas usadas para o exercício do trabalho



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Para trabalhar, a maioria das agricultoras usavam ou usam blusa de manga comprida ou casaco; boné ou chapéu e calça comprida com a finalidade de proteger sua pele e seu rosto do sol e do contato direto com a vegetação; ou evitar picadas de inseto. Contudo, há pouca proteção para os pés e mãos, pois é diagnosticado pouco uso de bota e nenhum uso de luvas. Além disso, os olhos são desprotegidos pela ausência de uso dos óculos. Assim, são poucas as vestimentas e acessórios usados como meios alternativos de EPIs.

Figura 21 - Trajes de proteção usado para trabalhar

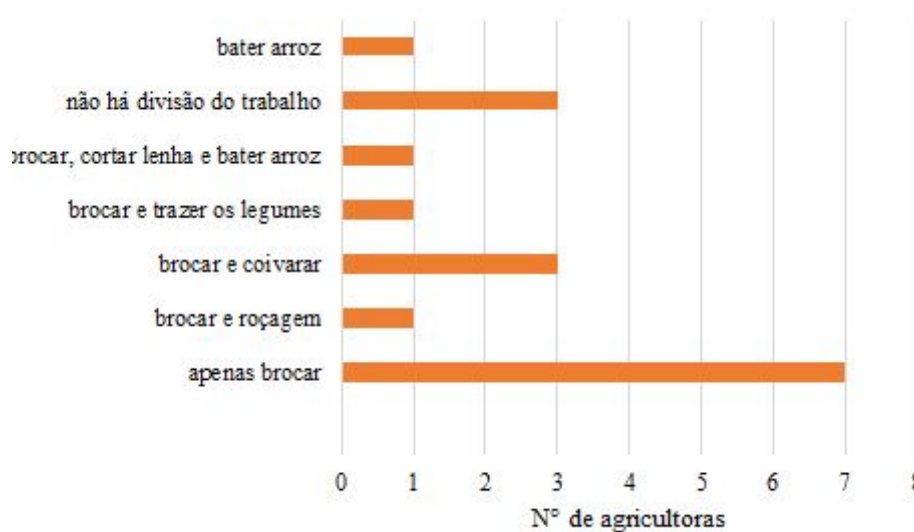


Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Sobre a existência de uma divisão no trabalho na propriedade familiar e

atribuições exclusivamente masculinas, é predominante entre as entrevistadas o pensamento que cabe apenas ao homem a atividade de brocar. Assim, caberia homem realizar toda a ação que envolvesse muita força e excesso de esforço. E isto converge com os resultados de Monteiro (2004) sobre a responsabilidade do homem de executar as tarefas mais difíceis e com o estudo de Paulilo (1987) da falsa atribuição de atividades “leves” às mulheres e o labor “mais pesado” aos homens. No entanto, algumas mulheres também realizam atividades que exijam muita força física.

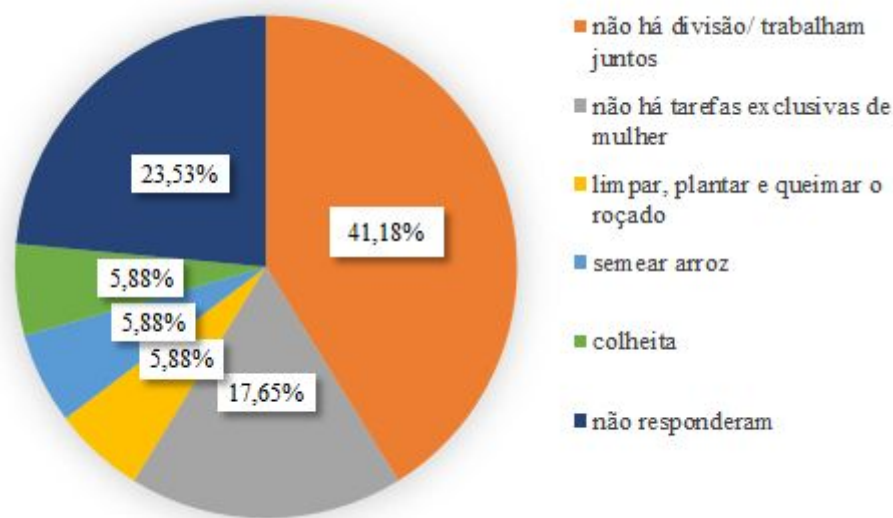
**Figura 22-** Atribuições dos homens segundo as entrevistadas



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Grande parte das agricultoras afirmam a inexistência de uma divisão do trabalho em sua propriedade. Assim, para estas não há qualquer atividade que seja totalmente feita pela mulher, pois durante a prática laboral há uma colaboração entre o homem e a mulher. Assim, grande parte reafirma indiretamente as proposições concebidas pela sociedade do seu trabalho ser visto apenas como uma ajuda e por isso não há tarefas feitas exclusivamente pelas mulheres. Isto colabora com o estudo de Mesquita (2013) sobre a concepção formulada de uma mera ajudante e do papel de invisibilidade atribuído às agricultoras familiares.

**Figura 23 -** Divisão do trabalho e tarefas femininas



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Ao indagá-las sobre as vantagens de trabalhar na agricultura familiar, 8 agricultoras abordaram a questão de não precisar estar comprando em supermercados, mercantis ou feiras os alimentos e legumes que foram colhidos nos roçados. Assim, já tem a alimentação para sua própria subsistência. Uma delas afirma: “[...] o que a gente faz de legumes, já evita de comprar. Se a pessoa for comprar de 1kg de um tudo, não tem condição não” (ENTREVISTADA 08, 2020). Quatro entrevistadas mencionam como vantagem ter a fartura de legumes e alimentos dentro de casa no tempo da colheita. Três falas abordam o plantio dos alimentos como sendo uma vantagem. Assim, estes aspectos colaboram com o estudo de Cazella, Bonnal e Maluf (2009) sobre a MFA e a função de promoção da segurança alimentar da sociedade e das famílias rurais por meio da agricultura familiar.

Em uma outra fala destaca-se que havendo abundância de alimentos na agricultura familiar, é possível ter alimento não apenas para o consumo, mas também para vendê-lo. Em outra fala, percebe-se uma visão pessimista sobre as vantagens, porque o que produz é só para o consumo, sendo inviável a comercialização. Assim, as oportunidades de exercício de atividades pluriativas para-agrícolas abordado por Schneider et al. (2011) são determinados pela vontade e percepção das agricultoras ou pelo contexto e quantidade de produção.

Uma outra fala faz uma comparação do trabalho na agricultura familiar com as tarefas domésticas: “Nós achava bom, porque a gente tava ali só naquele serviço. Em casa tem que cuidar dos... das coisas de casa” (ENTREVISTADA 12, 2020). Em uma outra fala

destaca-se como vantagem o trabalho perto de casa. Assim, dispensa a necessidade de gastar com transportes para deslocar-se de um local para outro, pois sendo próximo de casa, pode ir para o trabalho caminhando ou de bicicleta.

Uma delas elenca que as práticas tradicionais usadas no passado eram menos ofensivas. Hoje, o que predomina é a supervalorização do agrotóxico e a falta de orientação do uso correto. Este dado colabora com o estudo de Peres (2009) que enfatiza que a baixa assistência técnica pode ser um dos motivos causadores de doenças pelo uso do agrotóxico. E isto pode ocasionar uma série de danos à saúde que foram elencadas nos estudos de Monteiro (2004), Peres (2009), Zanotti (2017). Doenças como: transtornos mentais, ansiedade, depressão, dermatites, a disfunção endócrina e etc. Nessa perspectiva, é ressaltado:

[...] o povo usava adubo por mode a planta crescer logo. Hoje é que o povo não alimpa mais roçado, né? taca veneno mata o mato todo, mas no meu tempo a gente alimpava, dava duas limpas para poder fazer as colheitas. [...] (ENTREVISTADA 11, 2020).

Relacionados as desvantagens de trabalhar na agricultura familiar, cita-se “quando não consegue arrumar gente pra ajudar a gente quando o mato tá muito grande, o pessoal tudo ocupado, trabalhando nos outros... quando a gente num tem inverno, tem perda total, as pragas também” (ENTREVISTA 04, 2020). Pelas falas, as agricultoras preferem a fartura na mesa em detrimento do recebimento do programa garantia-safra, pois este benefício não suprem a abundância de produtos no tempo da safra e nem os momentos de felizes. Assim, um bom inverno é uma das grandes expectativas das agricultoras: “a gente reza pra ter um bom inverno, graça a Deus que a gente tem” (ENTREVISTA 04, 2020).

Em uma fala é evidenciado o excesso de trabalho que tem fazer e que muitas vezes, não é tem êxito, pois a produção de alimentos é baixa: “[...] a gente só falta morrer de trabalhar e os roçados, tem vez que num dá nem nada... precisa a pessoa gastar demais, lutar demais para fazer alguma “coisinha” pra comer” (ENTREVISTADA 05, 2020). Além disso, em uma fala é citado que quando há excesso de abundância de alimentos no tempo da colheita, os preços dos produtos tendem a cair. Uma outra fala destaca o excesso de expectativas criado e poucos resultados, sendo necessário comprar o alimento ou apenas usar para a subsistência Assim, a função da agricultura familiar de garantir a segurança alimentar dos povos e das famílias rurais pode ser comprometida, principalmente, pela escassez de alimentos, já quando há fartura destes produtos há a consolidação desta função.



Ademais, são elencados nas demais falas como desvantagens: a preferência de consumir alguns produtos industrializados ao invés de alimentos oriundos da agricultura familiar, por exemplo, o arroz; ficar doente em decorrência de passar muito tempo no sol quente e furar as mãos por conta dos espinhos; a existência de peste, barata, gafanhoto que destroem as plantações; e a remuneração baixa de quem trabalha na agricultura. Outras 2 entrevistadas abordam este último aspecto como ponto negativo. Assim, isto colabora com o trabalho de Paulilo (1987) sobre a discrepância dos pagamentos das diárias na zona rural e com o estudo de Peres (2009) sobre os efeitos dos novos modelos de organização do trabalho na agricultura familiar, reduzindo os salários e é a produção que determina a remuneração.

Em uma fala é destacado que atualmente demora-se muito para plantar e conseqüentemente, a colheita também é tardia: “Quando chegava a semana santa era fatura de milho verde... no começo de abril já tinha, hoje o povo retarda a plantação” (ENTREVISTADA 01, 2020). Assim, as etapas de criação das lavouras não são seguidas a rigor, conforme nas épocas passadas, pois antes, plantava em dezembro e colhia em abril.

Além disso, é destacado a baixa produção de alimentos nos dias atuais: “[...] tem agora, porque agora as produções é menas, tem peste, tem, tem lagarto, tem barata, tem...Aí a desvantagem é essa, porque a gente planta, né? Aí quando a peste bate pra cima, às vezes o “remédio” não combate” O termo “remédio” faz alusão ao agrotóxico. Já outras 2 consideram uma desvantagem, não poderem trabalhar mais na agricultura em decorrência da idade avançada ou pelos seus problemas de saúde. Assim, subentende-se que este tipo de trabalho exige jovialidade, boa saúde e aptidão física, não tendo isso, já é um ponto negativo, pois os locais de trabalho não facilitam a locomoção. Assim, isto colabora com o estudo de Monteiro (2004) sobre a existência dos riscos em decorrência da natureza do trabalho e do ambiente de trabalho. Por fim, 02 entrevistadas não identificaram nenhuma desvantagem.

Ao indagar sobre os aspectos que lhe ajudavam a fazer o trabalho com mais eficiência e agilidade, 4 agricultoras mencionaram o sol frio, pois não havia o excesso de calor e a temperatura era razoável. Uma delas destaca: “Quando o sol tá frio, porque não pega câncer de pele, [...] você não vai ficar encadeado para colher o alimento [...]” (ENTREVISTADA 17, 2020). Isto colabora com o trabalho de Monteiro (2004) e Dias (2006) sobre os perigos da irradiação solar para a pele e para os olhos das agricultoras.

Um outro fator elencado por 3 entrevistadas foram a facilidade de trabalhar nas

chuvas. Assim, uma delas cita “[...] na chuva, porque no sol fico afogueada e agora que o sol é quente mais do que era...” (ENTREVISTADA 08, 2020). Outro fator recorrente nas falas de 3 agricultoras é ajuda do cônjuge como sendo um aspecto favorável. Assim: “[...] Era só eu e ele. Nós botava 50 passos de roçado. Nós dois limpava, plantava, limpava ...até colher, a gente colhia, só e Deus” (ENTREVISTADA 06, 2020). Este aspecto evidencia o novo papel da mulher de participar ativamente nas etapas produtivas agrícolas de acordo com o que foi abordado por Sales (2007), Pastório e Roesler (2014), Saffioti (2013) e Ramos (2014).

Duas entrevistadas abordaram as necessidades como sendo um fator impulsionador para o trabalho, pois era preciso garantir a sua subsistência e de seus familiares. Assim, destaca-se a relevância do trabalho para a promoção da segurança alimentar das famílias rurais conforme abordado na MFA de Cazella, Bonnal e Maluf (2009).

Além disso, os seguintes aspectos foram destacados nas falas das entrevistadas como sendo favoráveis a realização do trabalho: saúde, vigor e a disposição para trabalhar; a sua própria colaboração, a coragem e resistência para poder trabalhar, troca de mão-de-obra entre trabalhadores, a alimentação, a terra plana, pouca vegetação no roçado e a máquina usada para pulverizar. No entanto, de acordo com Monteiro (2004) o trabalho na agricultura pode ser restrito pelas condições meteorológicas e pelo tempo. Assim, são fatores que independem das agricultoras e condiciona grande parte das suas atividades.

Uma entrevistada destaca que o fator que faz a pessoa seguir esta profissão de agricultora é devido esta ser a única opção de trabalho no meio rural para quem não teve a oportunidade de estudar. Assim, ela declara: “É porque primeiro a pessoa num tem estudo pra procurar um trabalho melhor... aí é o jeito que tem ir atrás da agricultura [...]” (ENTREVISTADA 03, 2020). Neste trabalho percebe-se que as atividades pluriativas abordadas por Schneider (2009) não são tão presentes em decorrência de faltas de oportunidades. No entanto, novas possibilidades podem ser criadas para promoção de ações pluriativas a partir do que foi abordado por Schneider et al. (2011) sobre os tipos de pluriatividades. Assim, poderia haver comercialização de produtos derivados da agricultura em feiras ou na comunidade, tais como: bolos de milho, pamonha, canjica, fubá, geléia e etc. ou até mesmo os produtos primários (feijão, fava, milho e etc.), propiciando a ocorrência da pluriatividade para-agrícola. Poderia também haver a articulação das agricultoras com os setores industriais e comerciais em prol da venda de seus produtos (pluriatividade

intersetorial) e a criação de animais (gado, ovelhas, cabras e etc.) e cultivo de hortaliças para posteriormente serem vendidos (pluriatividade de base agrária). Haveria espaço também para a prática do artesanato, da costura e etc.

Sobre a presença de aspectos que dificultam a realização do trabalho, 15 entrevistadas consideram a existência destes fatores, já as demais, não. Assim, 4 entrevistadas destacam a localização distante dos roçados, pois a jornada de ida e vinda é maior e exige maior esforço para chegar lá. Uma delas destaca: “roçado muito longe, a pessoa chega cansada lá [...]” (ENTREVISTADA 09, 2020). E este cansaço decorre da ida e vinda a pé para o roçado exigindo um longo período de caminhada. Este processo poderia ser facilitado caso os roçados fossem mais pertos ou se houvesse a existência de bicicletas ou motocicleta no lar das entrevistadas, pois o tempo de trajeto seria reduzido.

Outro fator de dificuldade recorrente em 4 falas são a ocorrência de chuvas com raios, relâmpagos e trovões, pois quando ocorre esses fenômenos, elas têm que voltar urgentemente para casa, pois no roçado não existe qualquer tipo de abrigo. Assim, uma ressalta: “ainda tem os trovões [...] nessas horas a gente tem que evitar tá no roçado [...] faz é medo relâmpago” (ENTREVISTADA 03, 2020). Três entrevistadas destacaram a impossibilidade ou dificuldade de trabalhar quando o sol está muito quente. Assim, estes aspectos colaboram com o estudo de Monteiro (2004), pela restrição do trabalho às condições meteorológicas e ao calor.

Nas demais falas são destacados vários outros aspectos que tornam o exercício da atividade laboral mais difícil. Dentre eles: falta de coragem para trabalhar, os problemas de saúde, o frio, os insetos, a falta de tempo, as pragas que dão nas lavouras, os roçados localizados em montanhas rochosas, o caráter obrigatório do trabalho, porque era a partir dele que se tirava o sustento; ter que conciliar as atividades da agricultura com outras de natureza doméstica ou inerente ao cuidado dos filhos; e fazer esforço físico para carregar nos ombros ou na cabeça os sacos de alimentos colhidos. Alguns destes aspectos evidenciam a MFA no que tange o trabalho para fins de promoção da segurança alimentar abordado por Cazella, Bonnal e Maluf (2009), o excesso de atribuições femininas destacado por Ramos (2014) e o novo papel das mulheres de serem concebidas como elementos de produção e reprodução tratado por Mesquita (2013).

Em relação aos aspectos que precisam ser melhorados, apenas 2 entrevistadas

desconsideram esta necessidade de melhorias. Para 4 agricultoras é preciso que haja a disponibilização de algum produto, cuja finalidade seja coibir ou acabar com as pragas e insetos que podem causar danos nas lavouras e assim que este item seja menos ofensivo à saúde e autorizado para o uso. Uma delas destaca: “os agricultor tão em tempo de não poder mais trabalhar por causa dos insetos que tem lá nas plantas e o pessoal ao invés de tarem arranjanado alguma coisa para matar os insetos, tão é impatando da pessoa botar, né? [...], mas devia fazer um jeito de apresentar outro mais fraco [...]” (ENTREVISTADA 05, 2020).

Assim, é ausente o apoio governamental para um exercício efetivo da prática agrícola familiar de modo a conscientizar as agricultoras para o uso de meios alternativos. O que predomina é o excesso de valorização do agrotóxico, mesmo tendo conhecimento de que isso é perigo para à saúde e que o governo, não vai fazer, em hipótese alguma, a distribuição de agrotóxico à essa população, pois há meios menos nocivos que podem ser usados. No entanto, percebe-se que estes meios alternativos são desconhecidos pelas entrevistadas, principalmente no que tange a adoção de práticas agroecológicas e de produções orgânicas.

Nessa perspectiva, o decreto nº 7.794 fez a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Assim, no art. 2, inciso III desta lei trata do sistema de produção agroecológica. Assim, este pode ser entendido como: “aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003[...]” (BRASIL, 2012)

O art. 1º da lei nº10.831 evidencia a definição do sistema orgânico de produção:

[...] todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

Diante disso, é necessário mostrar para as agricultoras esta possibilidade de trabalhar com práticas agroecológicas e orgânicas, pois estas seriam de grande contribuição para o seu trabalho de modo a dinamizar suas relações no meio em que estão inseridas

construindo uma prática sustentável e sem nocividade para a sua saúde.

Um outro aspecto que precisa ser melhorado na perspectiva de 4 entrevistadas é a questão de valorizar a remuneração das agricultoras, pois ganha-se pouco nos dias de serviço e são escassas as oportunidades de trabalhar fora da propriedade, pois poucas pessoas querem pagar uma diária de R\$40,00. Ademais, é relatado a existência de uma disparidade de pagamentos entre homens e mulheres, pois elas recebem um valor inferior quando estão trabalhando de forma remunerada. Isto colabora com o trabalho de Paulilo (1987) sobre a discrepância dos pagamentos das diárias na zona rural. Na fala de uma das agricultoras, ela destaca que quem exerce a agricultura familiar está destinado a viver toda sua vida ganhando pouco, porque o esforço é grande, mas a recompensa é pouca, porque nem o salário da aposentadoria é satisfatório. Isto reafirma o papel de invisibilidade da mulher abordado por Mesquita (2013), pois o trabalho é árduo, mas não é bem recompensado financeiramente.

Outros aspectos que precisam ser melhorados na percepção das entrevistadas envolvem os seguintes fatores: o modo como são feitas algumas atividades, a troca das ferramentas antigas por novas, a existência de animais nas propriedades para fazer o carregamento dos alimentos no tempo da colheita. Assim, estes aspectos colaboram para a baixa produtividades nas tarefas. E isto vai de acordo com o trabalho de Pessoa e Alchieri (2014) sobre a vulnerabilidade dos agricultores às cargas de trabalho externas e internas, principalmente as cargas mecânicas e as cargas fisiológicas. Esta engloba o esforço contínuos, a postura fixa e inadequada.

Além disso, outras 4 entrevistadas destacaram em suas falas que era necessário haver locais mais próximos das residências para trabalhar. Também foi evidenciado a necessidade de uma maior empatia dos proprietários de terrenos para que eles possam arrendar para os agricultores familiares suas terras para as construções das lavouras. E isto é mais crítico em decorrência da possível intervenção do IBAMA em casos de desmatamentos e queimadas, por isso alguns arrendatários temem a autorização de terras. Assim, o trabalho do agricultor fica restrito à legislação e à boa disposição dos proprietários de terra. Logo, estes novos modelos de organização do trabalho, como as parcerias e os arrendamentos de terra abordados por Peres (2009), dificultam o exercício efetivo das práticas agrícolas. Neste contexto, deveriam ser elaboradas políticas fundiárias para garantir o acesso efetivo dos agricultores ao solo rural.

Ao indagá-las sobre as expectativas diante da realização de seu trabalho, em 8 falas são destacados a espera de um bom período invernos e que haja intercessão divina para uma boa colheita. Uma delas evidencia: “[...] O inverno é tudo na nossa vida, para quem trabalha na agricultura, o inverno é tudo” (ENTREVISTADA 03, 2020). Assim, são as condições chuvosas que determinam o êxito do trabalho. Logo, este dado colabora com o estudo de Monteiro (2004) sobre a restrição do trabalho às condições meteorológicas.

Um outro aspecto evidenciado na fala de 11 entrevistadas foi que estas esperavam muita fartura dentro de casa. Uma delas: “Esperava muita produção, [...] Eu passava dum ano por outro comendo só da minha lavra mesmo” (ENTREVISTADA 11, 2020). Seis agricultoras destacaram em suas falas que tinham como expectativa o período da colheita, onde se esperava colher tudo o que foi plantado e de forma próspera. Uma outra entrevistada destaca que esperava melhorias a partir dos esforços do seu trabalho. Já outras 4 mencionam como expectativas possuir apenas o necessário para poder usar para alimentação. Uma delas elenca: “é ter alguma coisa para comer dentro de casa” (ENTREVISTADA 09, 2020). Aqui, percebe-se a relevância da prática da agricultura familiar para a promoção da soberania alimentar das famílias rurais, não precisando se preocupar com uma eventual falta de alimento, pois elas têm recursos suficientes para a sua subsistência. Assim, isto colabora com o estudo de Cazella, Bonnal e Maluf (2009) sobre a MFA e sua função de garantir a reprodução socioeconômicas das famílias e promover a segurança alimentar dos povos e dos núcleos familiares rurais, permitindo a permanência na zona rural e suprimindo o autoconsumo da família e o fornecimento comercial de alimentos para a sociedade.

Nessa perspectiva, esta prática transcende toda e qualquer outra atividade laboral, pois sem a prática da agricultura familiar não é possível a consolidação da soberania alimentar, pois em algumas falas é evidenciado que a redução desta prática ocasiona pouca produção de produtos e conseqüentemente, o preço dos alimentos oriundos desta atividade tornam-se mais caro e de difícil aquisição para quem não tem condições suficientes para comprar, comprometendo a segurança alimentar dos grupos menos favorecidos.

Questionadas se as condições de trabalho são satisfatórias, 41,18% das entrevistadas consideram que sim, pelos seguintes motivos: as necessidades são supridas, a tarefa é única, não demandando excesso de atividades para fazer; o ambiente de trabalho é agradável, a jornada diária já é um hábito, um costume; a jornada de trabalho não tem muito

controle, de modo que haverá momentos que serão exigidos mais esforços; e quando os locais são apropriados para o exercício da atividade laboral. Em uma fala é destacado que as boas condições de trabalho são condicionantes para o êxito da produção: “As condições de trabalho são dignas [...] um roçado bom... Você tem uma colheita boa. Mas se você pega um roçado de abismo, cheio de terra... você tem uma colheita razoável” (ENTREVISTADA 16, 2020).

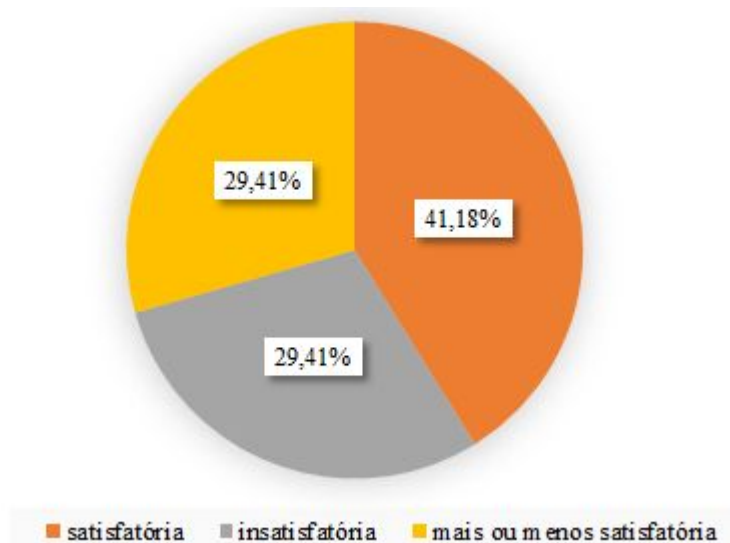
Já a perspectiva de insatisfação decorre porque algumas entrevistadas consideram que o local de trabalho é inapropriado para locomoção, algumas plantas como urtigas e malícias podem causar reação na pele; o valor pago pelo dia de serviço é baixo e há muito esforço e pouca recompensa, pois, as vezes, os resultados da roçados não são tão expressivos. Também é destacado nas falas, que as agricultoras familiares trabalham com incertezas, pois não há previsão de um bom período invernosos.

Nessa perspectiva, ressalta-se: “Não há roçado como antes... hoje as pessoas não querem trabalhar na agricultura...os jovens não trabalham no roçado...antes era tanto roçado, hoje não se vê, as pessoas vão ser mototáxi, mais alguma coisa, mas não querem ser agricultores” (ENTREVISTADA 01, 2020). Aqui percebe-se que as condições de trabalho não estão sendo mais tão atrativas como era no passado, para estimular a adesão das pessoas à agricultura familiar. Assim, é necessário criar estratégias de incentivo a esta prática.

As que não consideram totalmente satisfatória, afirmam que atividade na agricultura familiar é muito cansativa e pesada, que há uma constante exposição exagerada ao sol e a chuva; e uso de ferramentas de trabalho são nocivas à postura corporal. Isto vai de acordo com o trabalho de Monteiro (2004) sobre os riscos da exposição solar, do trabalho limitado por conta das condições meteorológicas e dos problemas posturais causados pelo uso das ferramentas.

Além disso, em uma fala destaca-se que o retorno produtivo e financeiro, às vezes, é baixo. Nesta questão, uma agricultora relatou sua experiência no período de se aposentar. Assim, ela destaca: “Quando foi com sete dias, eu recebi o dinheiro, porque eu tinha tudo organizado, o sindicato, né? Agricultora mesmo de verdade! [...]saí do sofrimento, né? mas a vida do agricultor, minha filha, não é boa não” (ENTREVISTADA 06, 2020). Logo, isto colabora com o estudo de Ramos (2014) que evidencia que as agricultoras só tiveram acesso aos benefícios previdenciários através da Lei nº 4.214.



**Figura 24** - Percepção das entrevistadas sobre as condições de trabalho

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Ao questionar as entrevistadas sobre quais seriam suas motivações para trabalhar, a maioria destaca que o seu trabalho está condicionado à garantia da sua subsistência e de seus familiares, a fim de ter a alimentação dentro de casa, sem a necessidade de comprar. Este aspecto colabora com a MFA proposto por Cazella, Bonnal e Maluf (2009) e a função da agricultura de promover a segurança alimentar das famílias rurais. Mas algumas objetivavam ter seus próprios rendimentos financeiros a fim de ter estabilidade e independência financeira. Assim, é evidenciado: “Porque achava bom e por necessidade também, né? Aí precisava ganhar o dinheiro da gente, né? pra a gente fazer as coisas...” (ENTREVISTADA 12, 2020). Logo isto converge com os estudos de Mesquita (2013) sobre o novo papel da mulher na agricultura familiar de trabalhar ativamente e de forma remunerada para aumentar a renda financeira das famílias.

Houveram também outros motivos determinantes para o exercício do trabalho na agricultura, tais como: inexistência de outra opção de um trabalho, o amor pelo trabalho e/ou porque considerava o trabalho agradável. Além disso, para 3 entrevistadas, o principal motivo para trabalhar seria a necessidade de ajudar o cônjuge ou outro familiar no roçado. Este aspecto vai de encontro com Mesquita (2013) ao falar sobre trabalho feminino visto apenas como ajuda. Algumas agricultoras propagam isto nas suas falas. Uma delas destaca a essencialidade de sua ajuda para coibir a ação de um pássaro denominado Pai-Luiz que faz



ninhos nos roçados. Assim, ela destaca: “É sempre foi por causa que precisava, né? porque só ele não tinha condições não! Aí, às vezes, ele ia trabalhar fora pra comprar o alimento e eu ia ficava no roçado. Se eu não ajudasse, o “Pai-Luiz” comia o roçado, o mato tomava de conta [...]” (ENTREVISTADA 08, 2020). Assim, nesta fala há reafirmação da concepção disseminada pela sociedade sobre papel da mulher ser apenas como uma ajuda. Enquanto isso persistir, nada vai mudar, pois é necessário atitudes reivindicatórias de seus direitos e de promoção da autonomia a fim de garantir a valorização do trabalho da mulher neste cenário.

Ao perguntar as agricultoras se elas gostavam de trabalhar na agricultura familiar, quase todas afirmaram que sim. Para 4 entrevistadas, o motivo delas gostarem dá-se pela concepção de que a atividade realizada é um momento de entretenimento e/ou divertimento. Uma delas evidencia: “[...] é um trabalho que a pessoa se diverte, conversa trabalhando... entretém a mente e esquece mais dos problemas” (ENTREVISTADA 17, 2020). Para outras 3 entrevistadas, elas gostavam, porque era apenas uma tarefa a ser realizada naquele local, enquanto que em casa é múltiplas atividades. Assim, a natureza do trabalho repercute diretamente neste sentimento de gostarem do que fazem. Logo, este dado diverge do estudo de Monteiro (2004), sobre a natureza do trabalho ser apenas propulsora de risco.

Nas falas das demais, os principais motivos usados como justificativa para sua assertiva de gostar de trabalhar na agricultura familiar foram: a influência dos pais, a convivência precoce e frequente com este tipo de trabalho; o hábito criado de trabalhar, devido a capacidade da pessoa de realizar isto de forma natural e sem dificuldade, porque era algo essencial e indispensável para sua sobrevivência e etc. Assim, uma relata: “Nasci e me criei vendo meu pai, minha mãe, me levando por roçado, aí acabei gostando...” (ENTREVISTADA 04, 2020). Assim, outrora, os pais estimulavam seus filhos desde cedo a trabalhar na roça, atualmente, não há mais isso, o que há é uma desvalorização desta prática.

As 2 entrevistadas que não gostam de trabalhar na agricultura familiar enfatizam em suas falas que esta atividade não é lucrativa e com baixa remuneração; e é um trabalho de natureza árdua, realizado ao ar livre e que exige enfrentar chuva ou sol para fazer as atividades laborais. Estes últimos aspectos colaboram com o estudo de Pessoa e Alchieri (2014) sobre a vulnerabilidades dos agricultores às cargas externas de trabalho físicas (umidade e temperatura) e cargas internas fisiológicas (esforço contínuos, postura fixa e inadequada) que podem ser causadoras de doenças ocupacionais.

Sobre as percepções das entrevistadas sobre o trabalho na agricultura familiar, percebe-se que a maioria tem pensamentos positivos sobre esta prática. Assim, para 9 entrevistadas, este trabalho é relevante devido ser um meio de sustento usado para a obtenção de alimentos e que evita possíveis gastos. Uma agricultora incentiva o exercício deste trabalho: “não é para pessoa deixar de trabalhar não na agricultura... enquanto puder trabalhar...” (ENTREVISTADA 05, 2020). Estes dados convergem com a MFA proposta por Cazella, Bonnal e Maluf (2009) e funções de garantir a segurança alimentar dos povos e a reprodução socioeconômicas das famílias. Assim, esta prática tem que ser estimulada devido sua primordialidade para a consolidação da soberania alimentar.

As outras entrevistadas têm percepções bastantes singulares sobre o labor na agricultura familiar. Assim, entre estas aparecem as seguintes compreensões: a agricultura é um único meio de trabalho na zona rural, é um momento de divertimento, é uma oportunidade desde que haja comprometimento, e é uma prática não exercida pelas novas gerações. Ademais, uma agricultora reforça a percepção que a agricultura é meio que o ser humano pode utilizar para o desenvolvimento financeiro e patrimonial. Assim, ela destaca: “você tem a oportunidade de colher as coisas, vender, construir sua casa, melhorar sua moradia...” (ENTREVISTADA 16, 2020). Aqui é evidenciado alguns efeitos positivos de exercer atividades pluriativas para-agrícola neste contexto rural.

Além disso é destacado a necessidade de valorização da prática da agricultura familiar pelo governo e pela sociedade. Assim, enfatiza-se: “a agricultura precisa ser mais valorizada, pois é através da agricultura que nós temos o alimento e quem vive na cidade também precisa da agricultura para se alimentar” (ENTREVISTADA 15, 2020). Isto vai de acordo com Cazella, Bonnal e Maluf (2009) sobre a função da agricultura de promover a segurança alimentar dos povos.

Sobre o local de trabalho, 8 entrevistadas consideram que este ambiente não é propício para a realização das atividades, pelos seguintes motivos: situados em lugares altos, distante das residências ou com presença de muitas pedras. Em uma outra questão é evidenciado o motivo dos roçados não serem próximos: “é tem tempo que arrenda perto, agora é longe o roçado [...] porque se botar mais perto, as terras tão finas... aí, já é um problema [...]” (ENTREVISTADA 03). Assim, pelo exposto, considera-se que os locais para trabalhar são determinados pelos arrendatários e que as condições da terra também

determinarão se aquele espaço é adequado para fazer os roçados, por isso que muitas vezes os locais são longes, pois as terras próximas das residências não são apropriadas.

No que tange os locais inclinados para trabalhar, as entrevistadas abordam vários pontos negativos dentre eles: dificuldade de locomoção para descer e subir, possibilidade de escorregar em dias chuvosos ou cair, depende muito esforço para subir as montanhas, as atividades de brocar tornam-se mais difíceis de serem realizadas. Assim, é destacado: “achava ruim, cansativo subir e descer os altos, riscado a pessoa cair de cabeça pra baixo, em cima de um toco” (ENTREVISTADA 10, 2020). Desse modo, estes dados convergem com o trabalho de Kinsella Mcnamara, Mcnamara, Ruane e Whelan (2009) apud Pessoa e Alchieri (2014) que ao abordar sobre a QVT dos agricultores orgânicos evidenciam que os agricultores trabalham em ambientes perigosos, estão sujeitos à ferimentos ou deficiência e são exposto à mais variadas cargas de trabalho.

Já as demais afirmam que o local de trabalho é favorável para a execução das tarefas, pois era possível fazer diversas atividades, a terra era propícia para o plantio, o espaço era plano ou próximo de casa. Para outra os pontos positivos era a localização de roçados em áreas não muito altas. Assim, a maioria das entrevistadas tem a preferência de trabalhar em locais planos, no entanto, isto não é muito viável, pois as comunidades são regiões serranas, assim os lugares altos são predominantes.

Contudo, em uma fala é evidenciado um ponto positivo ao trabalhar-se em lugares alto. Assim: “quem trabalhava no baixo, quando era de tarde ficava com isso daqui da gente todo doído [coluna]. Nos altos a gente ficava mais melhor. Era melhor assim, porque era bom pra coluna, mas que era perigoso, né? porque é riscado a gente escorregar, cair...” (ENTREVISTADA 12, 2020). Assim, estes dados colabora com Osborne, Blake, Fullen, Meredith, Phelan, Mcnamara et al. (2012) apud Pessoa e Alchieri (2014) sobre a agricultores serem mais propícios a sentirem dores na coluna em decorrência da baixa ergonomia do ambiente de trabalho e do modo como realizam as atividades; e com o estudo de Monteiro (2004) sobre os problemas posturais ocasionados pelo modo de execução do trabalho.

#### 4.3. AÇÕES GOVERNAMENTAIS NA PERSPECTIVA DAS ENTREVISTADAS

Ao questioná-las sobre o recebimento de algum benefício do governo voltado

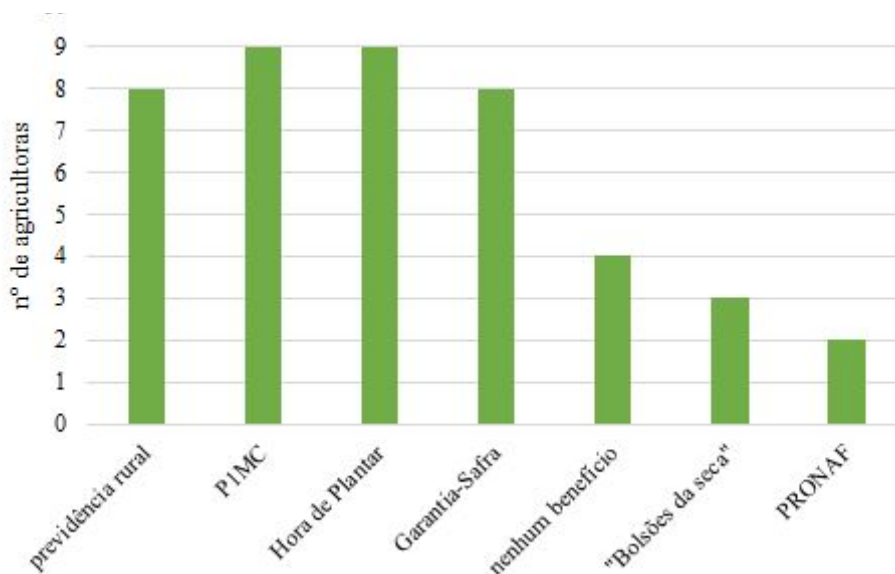
para a agricultura, a maioria das agricultoras já haviam sido beneficiárias. Assim, nas falas houve a predominância: programa Garantia-Safra, projeto Hora de plantar, previdência rural e as cisternas do P1MC. A partir das falas, pode-se ser percebido que os suportes dados pela Ematerce a agricultoras são apenas a distribuição de sementes e a emissão da DAP. Além disso, 2 entrevistadas alegaram já ter recebido agrotóxico dado por este órgão estadual.

O Garantia-Safra foi instituído pela lei nº 10.420 de 10 de abril de 2002 e modificado pela lei 10.700, de 09 de julho de 2003. Este benefício é designado para os agricultores familiares que tiveram a perda comprovada de sua safra em decorrência do período de estiagem ou pelo excesso de chuvas. Assim, esta política pública de caráter federal tem como finalidade o provimento de condições mínimas de sobrevivência.

Para Rodrigues, Khan, Lima, & Sousa (2020, p. 4) o projeto hora de plantar, conhecido popularmente como programa das sementes, “consiste na distribuição subsidiada de sementes geneticamente selecionadas de modo a garantir maior produtividade e a necessária rusticidade para adaptação às condições edafoclimáticas nordestinas”. Assim segundo estes autores, o objetivo geral deste projeto é o fortalecimento da agricultura familiar.

Segundo Campos (2004) o programa de Obras públicas, conhecido popularmente como “bolsões da seca” foi criado em agosto de 1982 com a finalidade de construir poços amazonas e cisternas comunitárias a fim que houvesse o uso da água de forma democratizada. Com igual finalidade, em 2003 foi formulado e instituído pela Articulação do Semiárido (ASA) o Programa 1 Milhão de Cisternas para promover a universalização da água potável por meio do armazenamento da água da chuva. Também tem como benefício a redução do excesso de carga de trabalho das mulheres nas atividades doméstica dispensando a necessidade de deslocar-se para alguma fonte hídrica a fim de trazer água para casa. Assim, no período das construções das cisternas, por não haver um serviço de água encanada nas comunidades de Serra Verde e São Bento, a maioria das famílias foram contempladas.

**Figura 25** - Recebimento de benefícios voltados para agricultura familiar



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2020)

Nessa perspectiva, percebe-se que as políticas públicas, tais como: Programa de Aquisição de Alimento (PAA), Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural (PNATER), Programa De Organização Produtiva Das Mulheres Rurais (POPMR), Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) não são políticas acessíveis as entrevistadas, pois nenhuma delas destacou a participação nas políticas públicas supracitadas.

Em convergência com os estudos de Ramos (2014) sobre as políticas públicas que beneficiam as agricultoras, destacam-se o acesso ao crédito rural através do PRONAF, este ocorre de forma reduzida; e a previdência rural, é um benefício mais abrangente entre as entrevistadas. Isto converge com o estudo de Zanotti (2017) sobre o caráter parcialmente eficaz das políticas públicas de promover condições de vida melhores para os agricultores.

Neste estudo, é suscitado novos programas, tais como: Garantia - Safra, ‘programa das sementes’ e o “bolsões da seca”. No entanto, todas as políticas abordadas neste trabalho não chegam integralmente ao público-alvo deste estudo. Muitas vezes, a titularidade de certos programas é o nome do marido, e tudo isto serve para consolidar este papel abordado por Mesquita (2013) de invisibilidade da mulher na agricultura familiar, pois atribuem aos homens o exercício das tarefas produtivas e às mulheres, as tarefas domésticas.

Desse modo, a qualidade de vida no trabalho (QVT) não é consolidada ou promovida pelas políticas públicas existentes, pois elas são escassas, de pouca acessibilidade para as mulheres e/ou chegam até as agricultoras de forma ineficaz e ineficiente. Assim, estes

dados não colaboram com os estudos de Cazella, Bonnal e Maluf (2009) sobre os efeitos positivos das políticas públicas para a promoção da QVT das agricultoras familiares, pois neste trabalho, é evidente que estas ações governamentais não propiciam de forma significativa melhores condições de vida e de trabalho e suporte abrangente às agricultoras. Tampouco estes dados convergem com os de Junqueira e Lima (2008), pois o desenvolvimento da região e a execução dos trabalhos de forma mais produtivas por meio das políticas públicas não são resultados percebidos neste estudo, pois os espaços rurais não têm muitas oportunidades e nem favorece o exercício de atividades pluriativas.

Ao perguntá-las sobre atuação do governo na agricultura familiar, a maioria das entrevistadas encontram-se insatisfeita com isto. Assim, para 5 entrevistadas esta atuação não é boa, pois há o envio tardio e em pequenas quantidades das sementes fornecidas pelo Projeto Hora de plantar. Uma delas destaca esta insatisfação:

Por que não manda logo o suficiente? por agricultor? Para todo mundo? porque nem de graça não é! Porque tem que pagar uma taxa, nem manda a semente. [...] A gente se quiser que guarde dum ano para outro para a gente plantar... semente boa, porque quem tem que guardar é a gente, porque se for esperar de lá... E além de chegar tarde, ainda num vem tudo! (ENTREVISTADA 03, 2020).

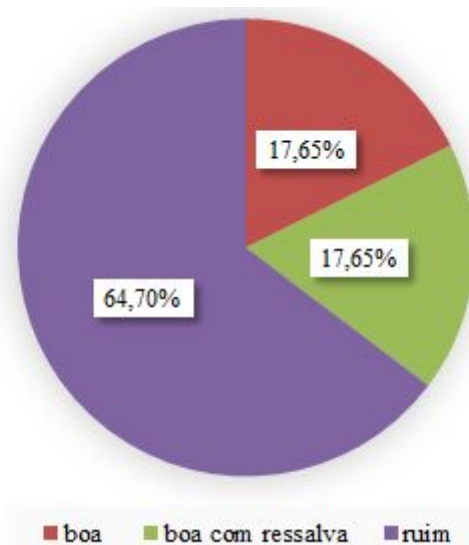
Nessa perspectiva, destaca-se a relevância de guardar sementes de um ano para o outro para evitar depender de sementes adaptadas distribuídas pelo programa hora de plantar. Assim, deve ser disseminado esta prática de bancos de sementes e estabelecido uma política de conscientização para o estoque de sementes para os próximos plantios.

Outro fator predominantemente mencionado por 4 entrevistadas é ausência ou baixa colaboração do governo com as agricultoras familiares. Entre estas, se destaca: “Acho assim que o governo deve ajudar mais a gente, muitas vezes, a gente é esquecido aqui nessas serras, ninguém sabe das dificuldades que a gente passa... proíbe isso e aquilo e não diz outra forma da gente fazer as coisas” (ENTREVISTADA 09, 2020). Por fim, uma agricultora afirma que esta atuação não é boa em decorrência da ausência de um tratamento igualitário entre homens e mulheres vindo por parte do governo. Assim, ela destaca: “na agricultura, o governo só dá... valoriza mais o trabalho dos homens, o da mulher nunca é valorizado, porque dá mais oportunidade ao homem, em crédito, crédito pra comprar as ferramentas para a agricultura” (ENTREVISTADA 16, 2020). Isto colabora o estudo de Mesquita (2013) que

evidencia a atribuição de invisibilidade imposta ao trabalho feminino na agricultura familiar, por associá-los apenas a realização de atividades domésticas; e também com o estudo de Paulilo (1987) sobre a equívoca atribuição da mulher de realizar o “trabalho leve”, conferindo um caráter subalterno ao seu labor. E isto faz com que as agricultoras familiares tenham menos oportunidades de acesso ao crédito e às políticas públicas.

Em relação as que têm a visão positiva sobre esta atuação governamental, apenas uma evidenciou o motivo para tal percepção: “Sim, algumas coisas que a gente não tiver através do governo, nós não vai nada para frente, né? como seguro-safra, semente... tudo faz parte da agricultura”(ENTREVISTADA 16, 2020). As entrevistadas que consideram boa a ação do governo só que, no entanto, fazem algumas ressalvas, destacam a necessidade de uma valorização maior do trabalho do (a) agricultor (a), pois às vezes, há muitos esforços e a recompensa não condiz com a realidade que se espera. Assim, é mencionado que havia antigamente mais colaboração entre o governo e os agricultores familiares. Nos dias atuais, isto não é identificado. Além disso, destaca-se o excesso de burocracia nos processos cadastrais de programas governamentais: “É difícil também agora, porque precisa de tanta coisa para se cadastrar nas coisas” (ENTREVISTADA 08, 2020).

**Figura 26** - Percepções das entrevistadas sobre atuação do governo



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Em relação aos aspectos que o governo deve enfatizar na agricultura familiar, 7 entrevistadas mencionaram a necessidade de dar uma ajuda maior aos agricultores. Em uma

fala cita o apoio na comercialização dos produtos para que o trabalho seja valorizado. Uma outra entrevistada elenca que deveria valorizar mais o agricultor. Outras 2 entrevistadas enfatizam que é preciso uma maior valorização do trabalho do agricultor (a). Assim, é citado:

Precisa. [...] valorizar mais o agricultor. Ele ter mais atenção, né? porque hoje em dia as coisas é muito difícil pra agricultura, né? De primeiro, até o veneno ele dava pra botar nas coisas. Hoje não dá mais, né? tudo é comprado. [...] e outra também que o Ibama Impata o pessoal de trabalhar, né? Ai a pessoa vai viver de quê? Esse povo que estuda, se não tiver comer, sustento, como é que vai viver, né? [...] broca um mato acolá, aí vem o Ibama impatar queimar, porque tem que plantar cru. Era muito bom terra planada, nera? (ENTREVISTA 12, 2020)

Nessa perspectiva, esta valorização e ajuda era necessária, porque o trabalho seria muito pesado e árduo e vulnerável a diversos riscos. Em duas falas é destacado a necessidade desta valorização. Entre estas, destaca-se:

[...] o agricultor era pra ser mais beneficiado do que mesmo tudo, porque a vida do Agricultor é uma vida sofrida. [...] Que a atividade mais sofrida que tem é a do agricultor, porque ele corre muito perigo. Ele se arrisca a levar um golpe, se arrisca levar uma queda, que deuzulive, quebrar um braço, uma perna... ou que deuzulive ser picado por um inseto. É mais sofrido do que toda atividade[...] (ENTREVISTADA 11, 2020)

Assim, estes dados convergem com o estudo de Dias (2006) sobre os fatores de riscos existentes no trabalho e a vulnerabilidade às cargas de trabalho internas e externas abordadas por Pessoa e Alchieri (2014). Outras 2 entrevistadas destacam que o governo deveria apoiar a concessão de empréstimo para construção de cisternas ou roçados. Além disso, uma fala destaca a necessidade de acabar com as proibições feitas aos agricultores de não colocarem roçados em determinadas áreas. Neste contexto, deveria haver o mapeamento das áreas próprias para serem usadas e as que não podem por serem uma vegetação nativa. E estas informações deveriam ser disponibilizadas para os (as) agricultores (as). Assim, este problema poderia ser amenizado.

Em relação ao Programa Hora de plantar, ou popularmente “programa das sementes”, 6 entrevistadas abordam que os produtos dados para plantar deveriam ser distribuídos mais cedo, ou seja, antes do período do plantio e ser uma quantidade maior para cada agricultor(a), porque a distribuição tardia ocasiona a não utilidade destas sementes. Assim, “[...] só manda as sementes tarde, né? Quando vai mandar a semente, o pessoal já tem



plantado já... quando a gente vai receber, num serve quase de nada mais. Era para ser uma coisa que fosse mais cedo, para dar tempo os agricultor plantar” (ENTREVISTADA 05, 2020). Logo, isto converge com a ideia de Zanotti (2017) que as políticas públicas não são totalmente eficazes.

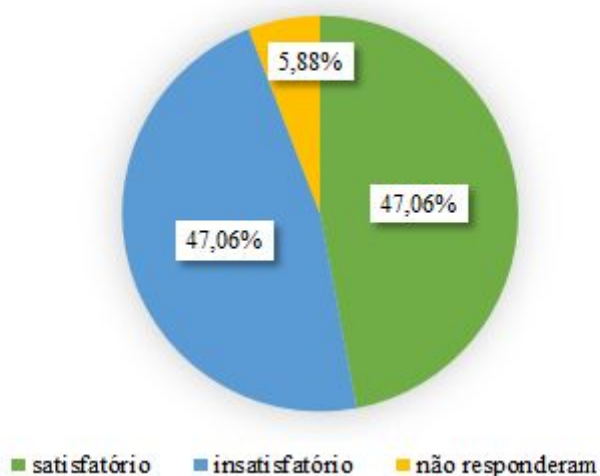
Outro aspecto abordado em 2 entrevistas seria a questão da promoção da igualdade de gênero no que tange o trabalho na agricultura. Este dado colabora com o que foi abordado por Mesquita (2013) sobre papel atribuído à mulher de ser mera ajudante. Por isso, a igualdade de gênero não é efetivada em decorrência desta desvalorização do ofício feminino. Para 4 entrevistadas o governo deveria fornecer agrotóxico da mesma forma como era feita esta distribuição em tempos passados. Já uma outra entrevistada elenca que deveria ser fornecido ferramentas para as agricultoras.

Em uma outra fala é elencado a necessidade de ser menos burocrático os procedimentos e processos para participar dos programas voltados para agricultura familiar e solicitar documentos nos órgãos governamentais: “[...] para agricultor é muito difícil conseguir estas sementes, é um sacrifício medonho para fazer a DAP. [...] O agricultor tem o direito dele [...]” (ENTREVISTADA 13, 2020). Assim, estes aspectos colaboram com o estudo de Zanotti (2017) sobre a concepção de que as políticas públicas são parcialmente eficazes.

Para o MDA (2014), é a partir da Declaração de Aptidão ao Pronaf que é possível fazer a identificação e qualificação dos agricultores familiares. Assim, este documento tem validade de 2 anos e há três modelos de DAP: DAP principal, acessória ou jurídica.

Sobre os serviços de saúde, as principais reclamações das entrevistadas envolvem a falta de medicamento, atendimento em apenas um turno do dia, a ausência de médicos nos postos; desconhecimento dos dias que tem médico, pois ninguém comunica; dificuldade para marcar cirurgias e exames, falta de visitas domiciliares nas casas onde residem idosos. Já os elogios decorrem da existência de posto de saúde, da presença de médicos e dentistas atendendo nas comunidades e do bom atendimento dos profissionais.

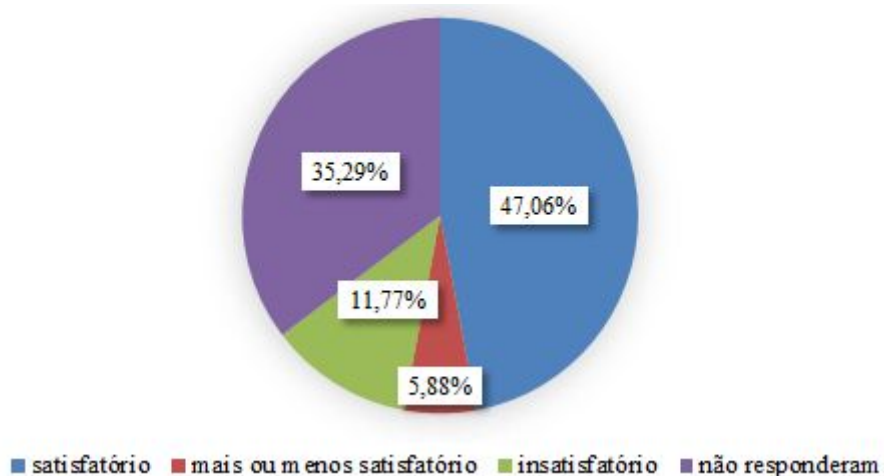
**Figura 27** - Percepção das entrevistadas sobre os serviços de saúde



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Em relação aos serviços de educação, as entrevistadas apontam como aspectos positivos a presença de transporte para fazer o deslocamento do aluno de casa para a escola e vice-versa, a existência de escolas nas comunidades ou em localidades vizinhas; e as ações educativas feitas naquele ambiente. Para alguns, os serviços educacionais não eram bons, pois o período letivo estava atrasado, havia o remanejamento de alunos de uma escola para outra, sendo que existiam escolas fechadas sem nenhum tipo de funcionamento. No entanto, pela ausência de filhos estudando e o desconhecimento do andamento destes serviços, algumas entrevistadas optaram por não responder sobre tal questão.

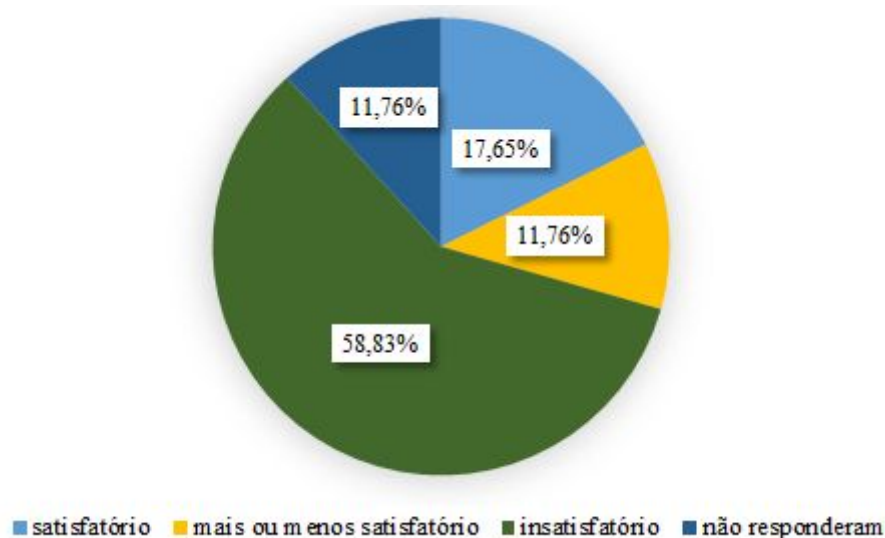
**Figura 28** - Percepção das entrevistadas sobre os serviços educacionais



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A maioria das entrevistadas estão insatisfeitas com os serviços de transporte em decorrência das péssimas condições das estradas e do ônibus escolar, da falta de manutenção contínua deste veículo e da dificuldade de trafegar seja a pé ou por algum meio de transporte em certos locais durante o período do inverno. Além disso, uma entrevistada destacou a precariedade dos serviços de capinagem, pois a vegetação ao redor das estradas estava muito grande e dificultava a visualização das curvas e dos veículos que vinham na outra direção.

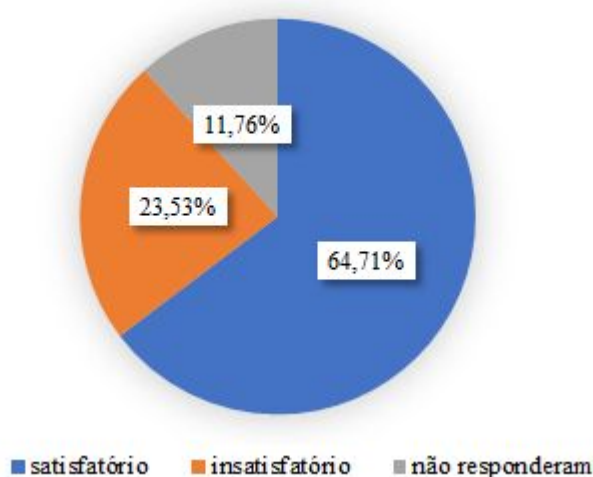
**Figura 29** - Percepções das entrevistadas sobre os serviços de transporte



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

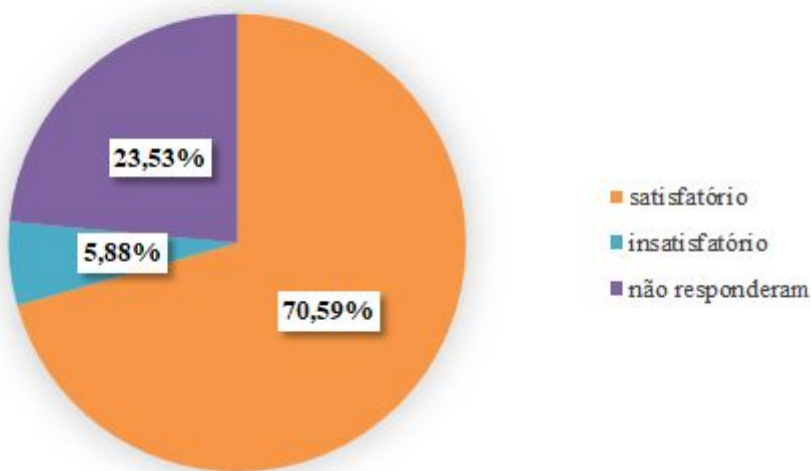
Grande parte das entrevistadas estão satisfeitas com os serviços de água, pelos seguintes motivos: existência de água encanada na comunidade, tem água da chuva para ser usada no consumo, não precisa deslocar-se para rios, açudes para buscar água ou lavar roupa. Além disso, uma entrevistada destaca a essencialidade das cisternas fornecidas pelo programa PIMC para ajudar no armazenamento de água potável.

A insatisfação com este serviço, é decorrente da falta de tratamento desta água encanada. Assim, ela é imprópria para consumo. A água potável é obtida pela compra de garraões de 20 litros ou pelo armazenamento de água da chuva em reservatórios de água no período invernos para serem usados na época do verão. Sendo estas águas usadas apenas para fins domésticos. Além disso, algumas residências não tem um reservatório de água, o que implica a impossibilidade de guardar água.

**Figura 30** - Percepções das entrevistadas sobre os serviços hídricos

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A maioria das entrevistadas estão satisfeitas com os serviços sanitários, pois em grande parte das residências possuem fossas e nos locais onde tem a criação de porcos, prioriza-se ações de limpeza. Vale destacar que na zona rural, não há um sistema de saneamento básico. Uma entrevistada aborda necessidade da prefeitura de colocar à disposição equipes destinadas para construir ou fazer manutenção das fossas.

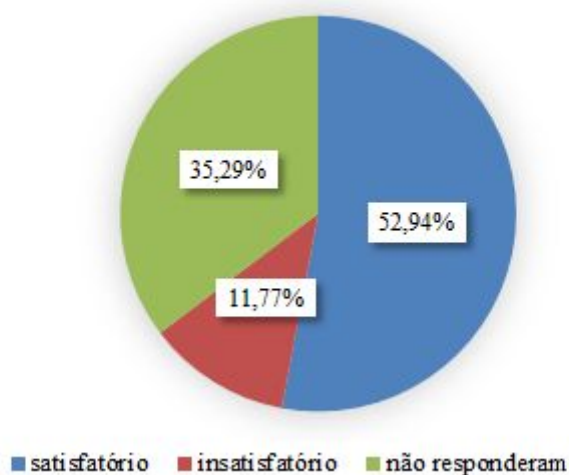
**Figura 31**- Percepções das entrevistadas sobre os serviços sanitários

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

As entrevistadas que são beneficiárias de algum programa social estão satisfeitas com os serviços assistenciais. Para elas, este serviço atende as necessidades, pois é feito um

acompanhamento das famílias beneficiárias e é uma grande ajuda para o núcleo familiar. Em relação a insatisfação, esta decorre do relato de divergência nos dados cadastrais que impossibilita a inserção de certas pessoas nos cadastros dos programas sociais e também da percepção que este recurso destinado à família é muito pouco.

**Figura 32** - Percepções das entrevistadas sobre os serviços assistenciais



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Desse modo, em síntese, os serviços de água e sanitários são bons, os serviços assistenciais e de saúde são mais ou menos bons e os serviços de transporte são precários. Assim, alguns serviços são limitados e de difícil de acesso pelas entrevistadas. Desse modo, estes dados colaboram com o que foi abordado por Dias (2006) que evidencia que os fatores de riscos existentes no trabalho podem ser aumentados pelas precárias condições de vida em decorrência do acesso reduzido da população aos serviços de saúde, educação, saneamento básico, transporte e comunicação.

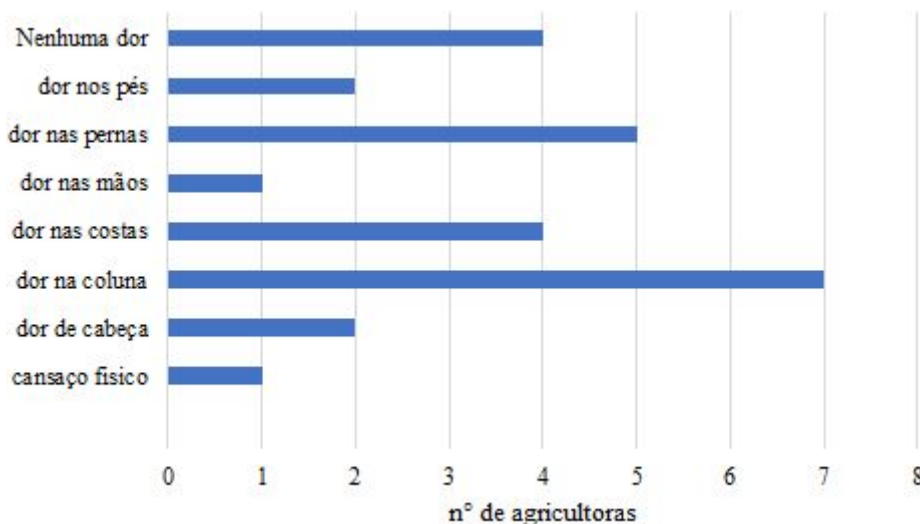
#### 4.4 BEM-ESTAR E SAÚDE DAS AGRICULTORAS FAMILIARES

Sobre o sentimento de alguma dor ou incômodo durante o trabalho, predomina-se entre as entrevistadas dores de coluna e dores nas pernas. Isto colabora com o estudo de Osborne, Blake, Fullen, Meredith, Phelan, Mcnamara et al. (2012) apud Pessoa e Alchieri (2014) sobre o perfil patológico do agricultor de apresentar dor na coluna.

Nessa perspectiva, houve o seguinte relato: “eu sinto, sim, bico de papagaio. Eu peguei trabalhando, né? pegando saco de legume pesado” (ENTREVISTADA 08, 2020). Os

dados encontrados colaboram com o trabalho de Zanotti (2017), pois segundo este autor as dores mais frequentes seriam nos ombros, braços e costas em decorrência da postura de trabalho, movimento demasiado das mãos e excesso de pesos; e com o trabalho de Monteiro (2004) sobre os efeitos da sobrecarga física na vida da agricultora, predominando queixas de dores nos braços, dor no corpo e cansaço físico.

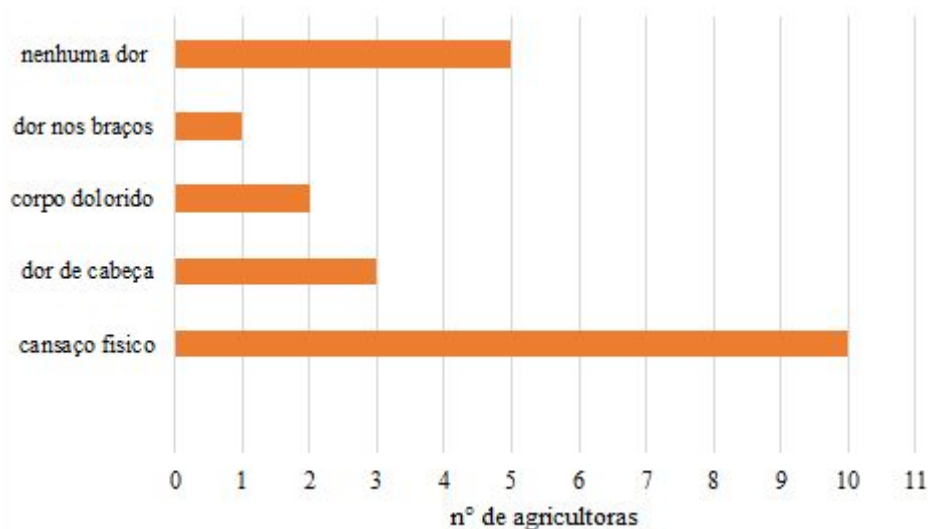
**Figura 33** - Sentimento de alguma dor ou incômodo durante o trabalho



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Após a realização do trabalho, grande parte das entrevistadas relata que ficava sentindo um cansaço físico. Assim, ao comparar o durante e o depois, percebe-se que após o trabalho há o sentimento de poucas dores. Uma das agriculturas relata a situação após o trabalho: “Só aquele enfado, né? nas pernas, nas costas. Mas quando tá lá a gente não sente não, mas quando tá em casa... tomar banho, dorme de tarde, aí é um sucesso! No outro dia já tá pronto de novo para trabalhar... o custo é se levantar, esquentar o corpo... dá certo” (ENTREVISTADA 03,2020). Isto colabora com o pensamento de Monteiro (2004) de que o clima, o número de horas trabalhadas e a demanda de trabalho são fatores determinantes da fadiga.

**Figura 34** - Sentimento de alguma dor ou incômodo após trabalho

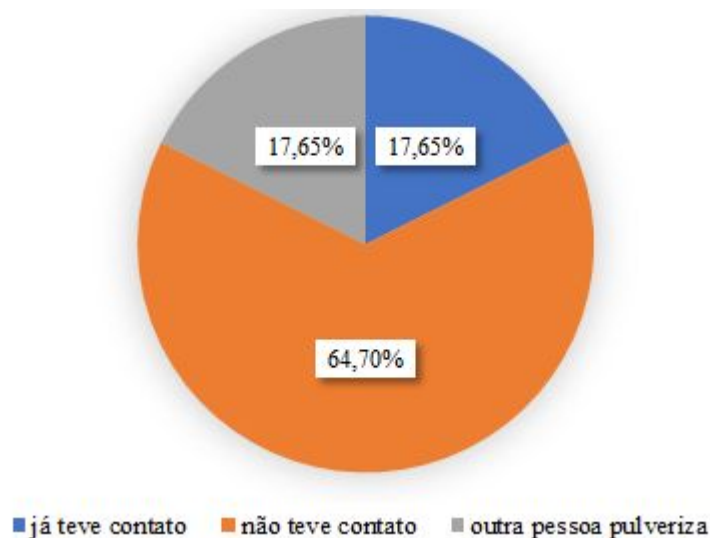


Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Nessa perspectiva, a maioria destes problemas durante ou depois do trabalho são decorrentes da forma de executar as atividades e das condições de trabalho. Estes dados colaboram com os estudos de Zanotti (2017) sobre riscos ergonômicos; com Monteiro (2004) sobre os problemas posturais pelo desenho precário das ferramentas, com Pessoa e Alchieri (2014) sobre a existência de cargas fisiológicas englobam o esforço contínuos, postura fixa e inadequada e Dias (2006) sobre os riscos mecânicos e inerentes ao trabalho, pois a jornada de trabalho intensa com ciclos duradouros. Assim, é ausente políticas de saúde, de ergonomia, de acompanhamento e de prevenção de acidentes para orientar as práticas feitas pelas agricultoras familiares. Além disso, tem que ser estimulado o uso de EPIs. Neste contexto, cabe destacar a necessidades dos sindicatos e órgãos governamentais locais intervir nestas realidades, propagando ações de prevenção e suporte às agricultoras familiares. Assim, isto vai de acordo com o que foi abordado por Monteiro (2004) sobre a falta de orientação de como o trabalho deve realizado.

Ao perguntá-las sobre os agrotóxicos, a maioria afirmou que nunca tiveram contato, 3 disseram que eram outras pessoas que faziam a pulverização da lavoura, tais como: marido ou outro membro familiar.

**Figura 35** - Situação das entrevistadas quanto ao uso do agrotóxico



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Nas falas das agricultoras que tiveram contato com o agrotóxico, percebe-se atos imprudentes e possíveis de causar danos à saúde dessas agricultoras familiares. E isto colabora com o estudo de Monteiro (2004) sobre a exposição aos riscos nocivos do agrotóxico em decorrência da falta de informação, teimosia ou pela ignorância do perigo existente. Assim, é evidenciado como ocorreu este contato:

[..] Pulverizei com a garrafa, mas só que não é certo, né? Mas a gente como é teimoso, faz as coisas sem poder. Eu botava era aqui e levava pra lá pra botar no pé de planta. Eu botava em garrafa, certo é a máquina, mas não posso com a máquina [..] se tiver um pé de milho cheio de lagarto, uma carreira assim, é só lá botar a garrafa com sua mão, aí emboca a garrafa lá onde tem aquilo (ENTREVISTADA 03, 2020).

A entrevistada 04 também confirmou o contato com o agrotóxico de maneira arriscada sem nenhuma proteção e que teve reações: “[...] eu peguei uma alergia que minha cara começou a inchar, os beiços... toda vida que eu chegava perto, aí minha cara inchava, mas que não foi descoberto do que foi não, eu que acho que foi do veneno... aí quando vão pulverizar, eu não vou”. Assim, houve uma reação na pele. Este dado colabora com o trabalho de Peres (2009) sobre os efeitos do contato com o glifosato, dentre estes destaca-se a dermatite. Sobre o uso do EPIs, a entrevistada 03 usou apenas os óculos e a máscara, expondo as demais partes do corpo. Isto colabora com o estudo de Dias (2006) sobre a existência de fatores de riscos químicos.



Uma outra entrevistada destaca o contato indireto com o agrotóxico, pois ela está presente no momento da aplicação: “[...] meu esposo e meu menino trabalha, tão botando a gente sente [...] pra colocar na máquina, eu nunca coloquei não” (ENTREVISTADA 05, 2020). Assim, isto colabora com o trabalho de Peres (2009) no que tange a vulnerabilidade dos agricultores aos efeitos nocivos do agrotóxico.

Sobre os sentimentos de segurança e conforto, 9 entrevistadas afirmaram sentir-se seguras e confortáveis ao realizar o trabalho na agricultura familiar, já as demais não havia este tipo de sentimento. Os motivos para esta sensação de insegurança e desconforto são decorrentes da possibilidade de cair ou ser picado por cobras ou escorpião; imprevisibilidade das chuvas e conseqüentemente da colheita, pela nocividade do sol no rosto; o desconforto causado pelas altas temperaturas e pela posição de trabalho; pelos relatos de dor na coluna ao estar executando a tarefa; e pela falta de proteção, havendo apenas a proteção divina. Assim, estes dados colaboram com o trabalho de Monteiro (2004) sobre os efeitos negativos da irradiação solar; com o trabalho de Pessoa e Alchieri (2014) sobre a vulnerabilidade às cargas de trabalho externas biológicas e físicas e cargas internas fisiológicas.

Assim, é destacado um novo tipo de risco: “[...] quando tá só eu, eu não trabalho não..., mas eu não gosto de no roçado só não, [...] porque, para mim, chegar uma pessoa por de trás de mim, sei lá” (ENTREVISTADA 03). Aqui, é evidente o medo de estar só e de ser agredida por alguém pelas costas.

Já os sentimentos de segurança e conforto decorrem principalmente, pela presença de outras pessoas no ambiente de trabalho, pelo uso de trajes apropriados para trabalhar, pela proximidade do local de trabalho e pelo sentimento de estar em um lugar maravilhoso ou em um espaço de sua propriedade. Em algumas falas, percebe-se que a ideia de conforto está associada à tranquilidade, ao entretenimento e ao divertimento. Assim: “[...] O dia se passava, a gente não dava nem fé” (ENTREVISTADA 12, 2020).

Sobre a influência do trabalho na saúde da agricultora familiar, 10 entrevistadas consideram que seu trabalho afetava sua saúde física, pelos seguintes motivos: dores nos pés, dor de cabeça; por conta do cansaço; e por ficar resfriados nos períodos de chuva. Para 4 entrevistadas o trabalho afeta sua saúde, porque ocasiona dores na coluna. Isto colabora com o estudo de Osborne, Blake, Fullen, Meredith, Phelan, Mcnamara et al. (2012) apud Pessoa e Alchieri (2014) sobre a tendência dos agricultores de sentir este tipo de dor.

Para outra, a exposição solar ocasiona manchas na pele. E isto converge com o que foi abordado no trabalho de Monteiro (2004) e Dias (2006) sobre os efeitos negativos dos raios solares para a pele.

Uma delas destaca que afeta a saúde física, mas para a saúde mental promove benefícios: “Física, sim. Mental, nos pontos ela faz é... [aliviar] [...] “assim, que nem eu tive já depressão... aí eu tive também ansiedade, tive não, tem, né? é muito ruim...” (ENTREVISTADA 08, 2020). Assim, a partir dessa fala percebe-se que a prática agrícola familiar pode colaborar na promoção da saúde psicológica.

Para 7 entrevistadas, não afetava de nenhuma maneira. Para uma delas, suas dores são vistas como sendo algo natural e sem relação com seu trabalho. Para outra, sua saúde era bem mais melhor quando ela estava trabalhando: “[...] eu tinha mais saúde do que agora [...] eu tou o quê? com quas 70 anos, né? [...] Se não fosse esse problema da minha vista e dos meus pés, minha filha, eu trabalhava no roçado ainda” (ENTREVISTADA 11, 2020).

Em uma outra fala é relatado sobre coerção do cônjuge para que ela trabalhasse, mesmo estando já perto do parto: “Eu ia deixar o almoço e ficava trabalhando. Às vezes, eu ia com os buchos nas goelas. Eu ia ou levava pêia. Meu marido não era boa peça para mim não” (ENTREVISTADA 12, 2020). Aqui percebe-se que não era o trabalho que afetava sua saúde mental, mas sim, as pressões do marido.

Ao perguntar às entrevistadas quais eram os aspectos relacionados ao trabalho que davam a sensação de bem-estar e felicidade, foi verificado que para 14 agricultoras este sentimento é efetivado principalmente quando está no período da colheita ou quando os alimentos começam a crescer na plantação. Nessa perspectiva, é destacado: “[...] eu fico feliz quando eu tô lá. [...] Quando as coisas começam a vingar e começa a trazer para casa.... aí é tudo.... aí é bom” (ENTREVISTADA 03, 2020). A partir disso, pode ser subentendido, que períodos anteriores à colheita a felicidade e o bem-estar não são tão presente, pois o labor é mais árduo e há incertezas sobre o êxito do seu trabalho. Já durante e depois da colheita, fica mais consolidado estes tipos sentimentos, porque vê-se o resultado de tanto esforço.

Nas demais falas destacam-se os seguintes fatores como propulsores de sensação de felicidade e bem-estar: trabalhar no ambiente próximo da natureza e em contato com ela; estar naquele momento exercendo seu labor com seus amigos; quando há o bom inverno e quando está trabalhando com saúde.

Em relação a existência de fatores de riscos à saúde física ou mental da mulher que pratica a agricultura familiar, na opinião de 4 entrevistadas não há nenhum aspecto que ocasione risco. Já as demais destacaram possíveis elementos. Duas falas destacaram que seria o agrotóxico. E isto colabora com o trabalho de Peres (2009) que retrata os efeitos negativos destes defensivos.

Para 2 entrevistadas, o que pode ocasionar algum dano é a atividade de trazer do roçado sacos pesados com os alimentos que foram colhidos. Uma delas destaca: “Peso das coisas que você leva, saco de milho, causa dor no ombro, inflamação” (ENTREVISTADA 01, 2020). Isto colabora com o estudo de Zanotti (2017) sobre a ocorrência de distúrbios osteomusculares em decorrência do trabalho árduo.

Para 4 entrevistadas, o fator de risco são a picada de animais (cobra, mosquitos ou insetos). Isto colabora com Pessoa e Alchieri (2014) sobre a vulnerabilidade às cargas biológicas. Para 3 entrevistadas é o sol. Isto converge com o estudo de Monteiro (2004) sobre os perigos da irradiação solar. Duas abordam que a postura de trabalhar é um fator de risco. Isto converge com o estudo de Zanotti (2017) sobre os riscos ergonômicos ocasionados pelos problemas posturais. Uma das entrevistadas destaca os roçados em lugares onde tem muitas pedras, os raios, os “tocos<sup>2</sup>”. Apenas 1 cita a dengue e o câncer como elemento de risco. Assim, pode-se supor que ela estava falando do câncer de pele. Assim, este aspecto converge com o trabalho de Monteiro (2004) sobre o efeito negativo do sol para a pele.

Duas mencionam o risco de cair dentro dos roçados. Outras duas evidenciam lugares altos e pedregosos como fatores de riscos. A maioria dos aspectos supracitados convergem com os que foram elencados nos trabalhos de Dias (2006), Monteiro (2004) e por Pessoa e Alchieri (2014) que destacam as cargas de trabalho externas.

#### 5.4 OPORTUNIDADE E VIDA SOCIAL

Ao indagá-las sobre os espaços de lazer e convívio social presentes em suas comunidades, 9 entrevistadas afirmam a inexistência de locais com estas finalidades. Em uma outra fala é ironizado: “se tem? eu nem vou...” (ENTREVISTADA 09, 2020). Uma outra

---

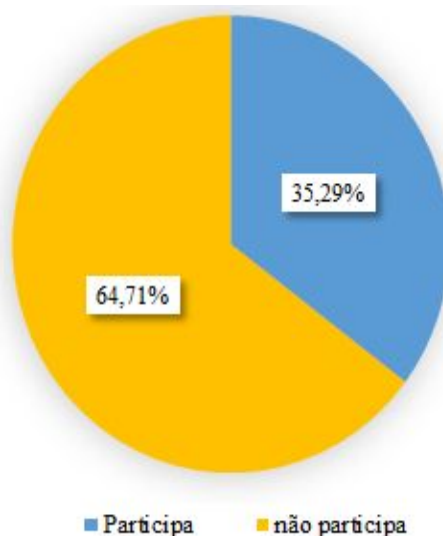
<sup>2</sup> Mesmo fazendo a broca e fazendo as coivaras, haverá nos locais onde foram feitos os roçados, pedaços de tronco de árvores no solo difíceis de serem retirados dali. Assim, o espaço não vai ficar integralmente limpo. E esses pedaços de árvores soterradas no chão são chamados de tocos.

destaca: “Lazer dentro de casa, igreja, os cultos dia de sexta-feira” (ENTREVISTADA 01, 2020). Em uma outra fala é destacado a necessidade de ir para locais fora das localidades para vivenciar momentos de lazer.

As que afirmaram a existências de espaços de lazer e de convívio social, citam a missa, o campo, jogo de futebol, culto e forró dos velhos, ir pra igreja, alguma reunião da escola, da igreja e sindicato. Assim, para 5 entrevistadas há locais de lazer e convívio social em sua comunidade. Desse modo, espaços de interação social são confundidos como espaços de lazer. E isto colabora com o que foi abordado em Andrade et al. (2019) apud Mesquita (2013), que destaca que as atividades de lazer das mulheres residentes na zona rural restringem-se apenas as ações mais tranquilas.

Em relação a participação das entrevistadas em alguma associação, observa-se que apenas 6 participavam de alguma de caráter comunitário ou relacionada ao fornecimento de água. Já as demais não participavam de nenhuma. E isto evidencia a baixa participação das mulheres nos processos coletivos de tomada de decisão.

**Figura 36** - Participação das entrevistadas em associação

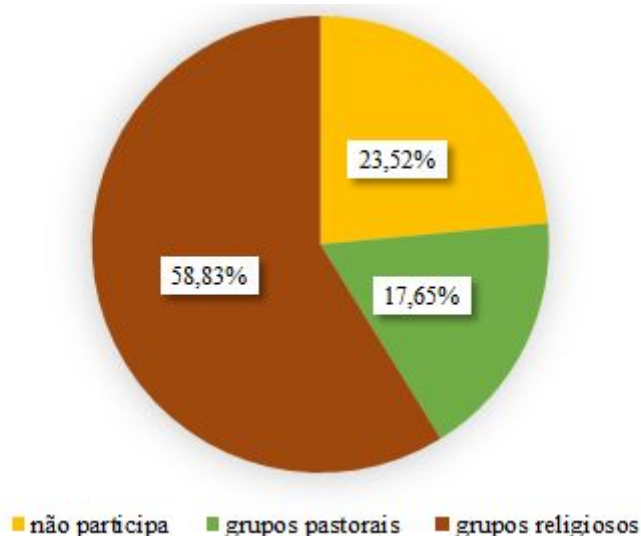


Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Grande parte das entrevistadas participam de algum grupo religioso, seja católico e/ou evangélico. Além disso, 3 entrevistadas fazem partes de grupos pastorais. Além disso, a entrevista 08 destaca que participa de grupo religioso e de um grupo que realiza atividades físicas aeróbicas no pátio da igreja católica de sua comunidade. Entretanto, 04 entrevistadas

não participam de nenhum grupo. Assim, as interações sociais e grupais são uma prática vivenciadas pela maioria das entrevistadas. E isto colabora com a função da agricultura exposta por Silva (2015) de manutenção do tecido social e cultural.

**Figura 37** - Participação em grupos



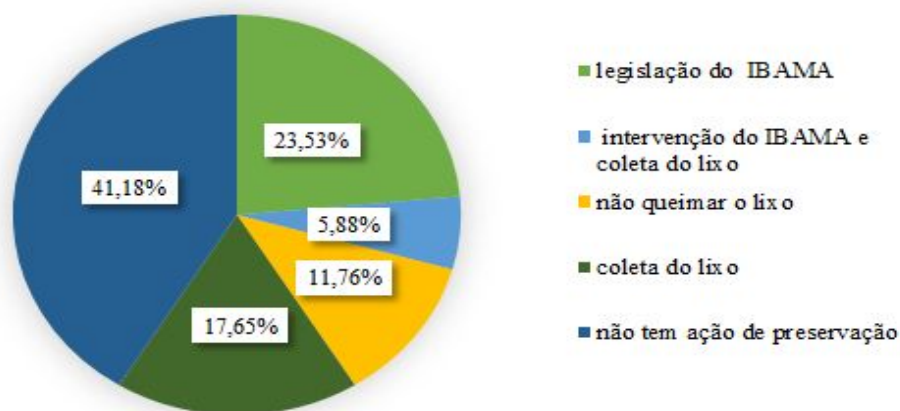
Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A maioria das agricultoras familiares nunca participou de nenhuma atividade educacional, de treinamento ou capacitação. Apenas 2 participaram de atividades similares, mas nenhuma voltada para o aperfeiçoamento de suas práticas laborais. Assim, a entrevistada 04 destaca que fez curso de operador de caixa, merenda escolar e para fazer escova nos cabelos. Todos ofertados pelo governo. Já a entrevistada 16, afirma ter feito uma atividade que dava orientações de como lavar e usar a cisterna. Assim, todas estas ações consolidam este papel abordado por Mesquita (2013) de invisibilidade das agricultoras. Assim, são um público esquecido para ações de capacitação, treinamento ou atividade educacional. Todos os cursos e atividades são oferecidos para “as mulheres em sentido amplo” e não para as “mulheres agricultoras”. Neste contexto, necessita-se de uma política de ressignificação do trabalho feminino na agricultura familiar, pois conforme Sales (2007), Saffioti (2013), Ramos (2014), Pastório e Roesler (2014) a mulher desempenha um papel primordial neste cenário.

Em relação às ações de preservação do ambiente e das biodiversidades nas suas comunidades, 41% das entrevistadas consideram que na sua localidade não há nenhum tipo de ação desta natureza. Já as demais afirmam a existência de ações similares, tais como: coleta

de lixo, não queimar o lixo, as legislações do IBAMA e a intervenção deste órgão federal. Assim, percebe-se a necessidade de novas ações voltadas à preservação do meio ambiente e da biodiversidade, pois as ações existentes são precárias pelo seu viés não sustentável. Logo estes dados divergem com trabalho de Silva (2015) sobre a função de preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais, pois esta não é uma prática recorrente nestes locais.

**Figura 38** - Ações de preservação nas comunidades



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

## 5. CONCLUSÃO

Ao considerar a definição de QVT proposto por Limongi-França (2004) e os resultados obtidos neste trabalho, pode ser percebido que a QVT das agricultoras familiares do município de Redenção – CE, são benéficas apenas no que tange a saúde mental. Assim, isto repercute no sentimento de bem-estar, de satisfação, de gostar do que fazem, de estarem dispostas, motivadas e com ânimo para o exercício desta prática. Logo, estas sensações de natureza psicológica repercutem na consolidação de percepções, pensamentos e expectativas positivas sobre esta prática, por mais que à sua saúde física seja afetada.

No entanto, as ferramentas, o ambiente de trabalho, o modo como é feito a atividade laboral não ajudam a melhorar o desempenho da trabalhadora, pelo contrário, ocasionam uma série de desconfortos e/ou dores ou até mesmo a necessidade de sair repentinamente do trabalho pelas limitações impostas por fatores climáticos e sazonais. Assim, não é um trabalho adaptável, pois há repetição das práticas e posturas.

Ademais, ao Considerar também a definição de Fernandes (1996) apud Limongi-França (2013) sobre QVT, pode ser percebido que é inexistente programas de lazer, não há melhorias das condições físicas de trabalho, pois este local expõem as agricultoras a diversos riscos; o estilo de vida não é modificado, pois prevalece a adoção das mesmas posturas e ferramentas para trabalhar. Assim, não há nenhuma inovação no que tange às condições de trabalho e é inexistente aparatos para realizar a atividade de forma segura e confortável ao ar livre. Além disso, as reivindicações por uma valorização de gênero, melhores condições de trabalho e ações governamentais mais eficazes não são atendidas de forma significativa pelas políticas públicas. Assim, são ações dispersas e que não colaboram em quase nada para a promoção da QVT dessas agricultoras, pois não é perceptível ampliação dos benefícios, mas sim a propagação de mais desigualdade de gêneros.

Desse modo, a partir deste trabalho é recorrente a necessidade de uma atuação mais efetiva da Gestão pública, no sentido de disseminar para as agricultoras a adoção de práticas agroecológicas e de produção orgânica, dos bancos de sementes e etc. Além disso, pode ser investigado a possibilidade de fazerem a delimitação territorial das áreas possíveis de serem usadas para a prática agrícola a fim de reduzir as limitações impostas. Também é necessário enfatizar a necessidade de as mulheres lutarem pelos seus direitos, buscar

melhorias e consolidar seu papel de proatividade e autonomia neste cenário. Cabe também o incentivo ao desenvolvimento de atividades pluriativas na zona rural. Desse modo, é primordial o fomento de políticas públicas de gênero na agricultura familiar no sentido de propiciar ações de capacitação, atividades educacionais; adoção de novas práticas e estimular a participação ativa das mulheres nos processos cadastrais de acesso às ações governamentais.

Nessa perspectiva percebe-se a necessidade de aprofundamento em algumas temáticas que são inerentes à agricultura, pois há pouca bibliografia sobre estes assuntos e este trabalho não permite fazer uma análise minuciosa destes aspectos, principalmente no que é relativo a alguns programas e projetos como: Garantia - Safra, hora de plantar, PRONAF-MULHER, PAA, PNATER, PNAE, POPMR, previdência rural e também sobre os “bolsões da seca”. Além disso, destaca-se a necessidade de pesquisar sobre as possíveis formas de intervenções do Ibama na prática da agricultura e sobre novos métodos que podem ser aplicados na prática da agricultura familiar.

Outras proposições de estudos: QVT dos artesãos, costureiras, bordadeiras, dos feirantes, dos pedreiros, das empregadas domésticas e etc.; o papel dos sindicatos e das governanças locais na QVT das agricultoras familiares; possíveis alternativas para melhoria das condições de trabalho na agricultura familiar e etc.

As principais limitações encontradas foram: poucos estudos existentes sobre as agricultoras familiares, algumas respostas das entrevistas eram dispersas e difíceis de serem entendidas, gerenciamento do tempo, pois pretendia-se realizar mais entrevistas.

As políticas públicas não atendem e não chegam de forma direta e efetiva as agricultoras familiares. Não há intervenção das entidades locais, sejam prefeitura ou sindicatos para orientar, valorizar e dar suporte. As condições de trabalho não são boas e são intensificadas pelos locais de trabalho serem situados em serras muito altas e com diversas inclinações ou pedras. Os únicos aspectos positivos percebidos do trabalho é a garantia da segurança alimentar e a promoção do bem-estar mental das agricultoras familiares.

Desse modo, não há mecanismos efetivos de promoção da qualidade de vida no trabalho na agricultura familiar, as condições de trabalho e as políticas públicas não são satisfatórias. E isto repercute de forma negativa no desempenho, na saúde e no bem-estar das agricultoras familiares, propiciando o surgimento de doenças ocupacionais. Assim, com os resultados obtidos pode ser concluído que a questão principal desta pesquisa foi respondida.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e serviço público**: novos desafios para a extensão rural. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr., 1998.

ASA – ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Ações P1MC**. 2020. Disponível em: <<https://asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>. Acesso em: 10 out 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm)>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002**. Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10420.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10420.htm)>. Acesso: 25 set 2020.

BRASIL. **LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.831.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm#art1)>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**.: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 03 dez. 2019.

BUTTO, A. et al (Org.). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CAMPOS, N. V. **A grande seca de 1979 a 1983**: Um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará. São Carlos: UFSCar, 2004. 174 p.

CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. 305 p.

CEARÁ. **LEI COMPLEMENTAR N.º 175, DE 12.12.17**. Dispõe sobre a prevenção e o combate a incêndio florestal; sobre a contratação temporária de brigadistas de incêndios florestais; proíbe a queima e disciplina o uso do fogo controlado. Disponível em:

<<https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/ementario/lc175.htm>>. Acesso em: 03 out 2020.

DIAS, E. C. Condições de vida, trabalho, saúde e doença dos trabalhadores rurais no Brasil: **Rede Nacional de Atenção Integral À Saúde do Trabalhador-renast**: Tocantins, v. , n. , p.01-27, 12 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/sausedotrabalhador/Arquivos/Mapa126.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Women in agriculture**: closing the gender gap for development. Roma: FAO, 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e.pdf>. Acesso em: 02 nov 2019.

FREITAS, C. M. de; GARCIA, E. G. Trabalho, saúde e meio ambiente na agricultura. **Revista Brasil Saúde Ocupacional**, São Paulo, p.12-16, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbso/v37n125/a03v37n125.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. **As múltiplas funções da agricultura familiar**: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara São Paulo. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 49, n. 2, Brasília: RESR, 2011.

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D.T (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora Ufrgs, 2009. 120 p. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em:10 dez. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. *Revista de Administração de Empresas – ERA*. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

IPECE. **Mapas municipais Redenção**. 2019. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/02/mapas\\_municipais\\_Redencao\\_2019.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/02/mapas_municipais_Redencao_2019.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2020.

JUNQUEIRA, C. P. ; LIMA, J. F. de. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 29, n.02, p. 159-176, jul/dez, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5469>. Acesso em: 22 nov. 2019.

KANIKADAN, A. Y. S. **A Qualidade de Vida no Trabalho dos professores de inglês**: aplicação dos modelos de análise biopsicossocial e de competência do bem- estar organizacional. 2005. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-09022006-155155/publico/Arquivo\\_teses\\_USP.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-09022006-155155/publico/Arquivo_teses_USP.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Ações públicas para o desenvolvimento local de comunidades quilombolas: os casos em Mandira - SP e Campinho da Independência - RJ.** 2014. 161 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ecologia, Interunidades em Ecologia Aplicada, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

LIMA, I. D.; OLIVEIRA, H. R.; COSTA, A. K. M. **Informações Socioeconômicas Municipais:** Redenção/CE: Banco do Nordeste. 2018 **Disponível em:** [https://www.bnb.gov.br/documents/80223/3021436/Inf\\_Socioecon\\_Redencao-CE-Set2018.pdf/8f431a06-52da-bb74-a718-9a982d655011](https://www.bnb.gov.br/documents/80223/3021436/Inf_Socioecon_Redencao-CE-Set2018.pdf/8f431a06-52da-bb74-a718-9a982d655011)>. Acesso em: 30 out. 2019.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de vida no Trabalho – QVT:** conceito e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. - 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2649486/mod\\_resource/content/1/LIMONGI-FRANCA%20C3%87A%202004%20Qualidade%20de%20Vida%20no%20Trabalho.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2649486/mod_resource/content/1/LIMONGI-FRANCA%20C3%87A%202004%20Qualidade%20de%20Vida%20no%20Trabalho.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2019.

\_\_\_\_\_; e RODRIGUES, A. L. **Stress e Trabalho.** Uma abordagem psicossomática. (4ª. Ed.) São Paulo: Atlas, 2005

\_\_\_\_\_. **Práticas de recursos humanos - PRH:** conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2013.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC, 2007. 108 p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica.** 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. Fundamentos de metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual do Agente Emissor de Declaração de Aptidão ao PRONAF.** Rio de Janeiro, 2014. Versão 1.0. Disponível em: <http://www.ipa.br/novo/arquivos/paginas/3-dap-manual-do-agente-emissor.pdf>. Acesso em: 28 de janeiro de 2019.

MENEGAT, A. S. FARIAS, M. F. L. **Pronaf mulher:** perspectivas para o empoderamento feminino nos assentamentos rurais do estado de mato grosso do sul. In VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural - Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/28828404/pronaf-mulher-perspectivas-para-o-empoderamento-alasru>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

MESQUITA, L. A. P. de. **O papel das mulheres na agricultura familiar:** a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3673>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** São

Paulo: HUCITEC, 2007.

MONTEIRO, Janne Cavalcante. **O processo de trabalho e o desencadeamento dos agravos à saúde dos trabalhadores rurais: UM ESTUDO ERGONÔMICO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA.** 2004. 91 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção e Sistemas, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88152>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

PASTÓRIO, I. T.; ROESLER, M. R. V. B. **O papel da mulher no processo produtivo familiar com sustentabilidade.** In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS, 6., 2014, Campus de Toledo. **Anais.** Campus de Toledo: Unioeste, 2014. p. 3 - 10. Disponível em: <[http://cac-php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/anais/TC\\_PAPEL\\_MULHER\\_PROCES\\_PRODUT\\_FAMILIAR\\_COM\\_SUSTENTABILIDADE.pdf](http://cac-php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/anais/TC_PAPEL_MULHER_PROCES_PRODUT_FAMILIAR_COM_SUSTENTABILIDADE.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2019.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje.** v.5 n.28, jan/fev.1987. Disponível em: <[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2020.

PERES, Frederico. Saúde, trabalho e ambiente no meio rural brasileiro. **Ciências e Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p.1995-2004, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v14n6/07.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

PESSOA, Y. S. R. Q.; ALCHIERI, J. C.. Qualidade de vida em agricultores orgânicos familiares no interior Paraibano. **Psicologia: Ciência e Profissão,** Brasília, v. 34, n. 2, p.330-343, abr. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932014000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)>. Acesso: 17 nov. 2019.

PINTO, M. N. B. (Org.). **A Importância da Qualidade de Vida no Trabalho Para o Bem Estar do Colaborador: A importância da qualidade de vida no trabalho para o bem estar do colaborador.** 2015. Disponível em: <<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-organizacional/a-importancia-da-qualidade-de-vida-no-trabalho-para-o-bem-estar-do-colaborador>>. Acesso em: 30 out. 2019.

RAMOS, C. P. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. **Revista Gênero,** Niterói, v. 15, n. 1, p.29-46, jun. 2014. Semanal. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/633/387>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

RAPOZO; B. M. da S. **Programa Nacional De Documentação Da Trabalhadora Rural: desafios para a superação das desigualdades de gênero no campo brasileiro.** XIII ENANPEGE. 2019. Disponível em :

<[https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1561918223\\_ARQUIVO\\_ArtigoCompleto-enanpege2019-BRUNARAPOZO-UFPE-PPGEO.pdf](https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1561918223_ARQUIVO_ArtigoCompleto-enanpege2019-BRUNARAPOZO-UFPE-PPGEO.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2019.

RIBEIRO, Fabrício Américo. **UNILAB: políticas educacionais e as transformações do espaço urbano em Redenção-Ceará-Brasil**, 2012. Dissertação (Programa de Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Ceará. Disponível em: [http://www.uece.br/propgeowp/wp-content/uploads/sites/60/2013/03/fabricio\\_ribeiro\\_dissertacao1.pdf](http://www.uece.br/propgeowp/wp-content/uploads/sites/60/2013/03/fabricio_ribeiro_dissertacao1.pdf)>. Acesso em: 07 out. 2020.

Rodrigues, A. S., Khan, A. S., Lima, P. V. P. S., & Sousa, E. P. (2020). Impacto do Projeto Hora de Plantar sobre a sustentabilidade da produção de milho híbrido dos agricultores familiares no Cariri cearense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 58(2), ed.197622. Disponível em :<<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.197622> >. Acesso em: 01 out 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Disponível em<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod\\_resource/content/1/Saffioti%20%281978%29%20A\\_Mulher\\_na\\_Soc\\_Classes.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod_resource/content/1/Saffioti%20%281978%29%20A_Mulher_na_Soc_Classes.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SALES, C. V. Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15, n.2, p.437-443, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200010)>. Acesso em 31 out. 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. 2009. Quito/Equador: Ed. Flacso. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-agricultura-familiar-e-emprego-no-meio-rural-brasileiro-analise-comparativa-das-regioes-sul-e-nordeste-parcerias-estrategicas-brasilia-df-v-1-p-217-244-2006>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. et al. **Pluriatividade e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: Ipea, 2011. Relatório de pesquisa.

SECCHI, L. **Políticas públicas - conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos - 2ª Ed.**. 2013.

SILVA, S.P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. 2015. 132 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Ipea, Brasília, 2015. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4162/1/td\\_2076.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4162/1/td_2076.pdf)>. Acesso em: 24 nov. 2019.

SILVA, S. A. D.; COSTA, M. H. B C.; GUIMARÃES, S. M. Políticas públicas voltadas para

a agricultura familiar: aspectos conceituais. **Revista Acadêmica Conecta Faf, Divinópolis-mg**, v. 1, n. 1, p.1-19, 2015. Disponível em: <<http://revista.fasf.edu.br/index.php/conecta/article/download/4/pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

SOGLIO, F. D; KUBO, R. R (Org.). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. 206 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad105.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2019

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**, 5 Edição, São Paulo, Editora Atlas S.A. - 2004.

\_\_\_\_\_. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VINUTO, J.A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p.203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/download/10977/6250>>. Acesso em: 18 jul 2020.

ZANOTTI, F. **Aspectos de segurança e saúde do agricultor familiar no município de Videira/SC: os desafios da prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho na pluriatividade**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação Trabalho, Saúde e Ambiente, Fundação Jorge Duprat Figueiredo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/acervodigital/detalhe/2017/7/aspectos-de-seguranca-e-saude-do-agricultor-familiar-no-municipio-de-videirasc-os-desafios-da>>. Acesso em: 09 dez 2019.

## APÊNDICE

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista sobre a qualidade de vida no trabalho (QVT) das agricultoras familiares do município de Redenção - CE

Nº da entrevista \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

Início da entrevista \_\_:\_\_\_ Término \_\_:\_\_\_

### Identificação da agricultora familiar:

Nome: \_\_\_\_\_ Data de nasc. \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_

Nome do cônjuge: \_\_\_\_\_ Data de nasc. \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Tempo de residência na propriedade atual: \_\_\_\_\_

Tempo de residência na região rural: \_\_\_\_\_

### Composição familiar

Número de filhos (as): \_\_\_\_\_

Atividade ocupacional dos filhos (as): \_\_\_\_\_

Nº de pessoas residentes na propriedade: \_\_\_\_\_

### Renda

Renda média mensal: \_\_\_\_\_

Recebimentos de pensões e/ou aposentadorias \_\_\_\_\_

recebimento de Bolsa Família ( )sim ( ) não

Recebimento de Outro(s) programa (s) social(s) ( )sim ( ) não. Quais? \_\_\_\_\_

### Condições de trabalho

1- Desde quando trabalha na agricultura familiar? \_\_\_\_\_

2- Tempo diário dedicado à atividade à agricultura familiar \_\_\_\_\_

3- Tempo semanal dedicado à atividade agricultura familiar \_\_\_\_\_

4- Seu trabalho na agricultura é remunerado? \_\_\_\_\_ Caso sim, quanto é recebido por dia? \_\_\_\_\_

5- Além da agricultura familiar, há o exercício de outra atividade feita fora da propriedade familiar? Se sim, qual (is)? \_\_\_\_\_

6- Quais as atividades são desenvolvidas na agricultura familiar? \_\_\_\_\_

7- Quais produtos são cultivados na agricultura familiar? \_\_\_\_\_

8- Algum produto é comercializado? Se sim, é vendido para quem? \_\_\_\_\_

9- Quais são as ferramentas e instrumentos usados para trabalhar? \_\_\_\_\_



10- É (São) usado (s) algum tipo equipamento de proteção individual (EPI) para o exercício da atividade na agricultura familiar? Se sim, qual (is)? \_\_\_\_\_

11- Existe alguma divisão do trabalho na propriedade familiar? Se sim, quais são as tarefas masculinas? E quais são as atribuições femininas? \_\_\_\_\_

12- Quais as vantagens de realizar a atividade agrícola familiar? E as desvantagens? \_\_\_\_\_

13- Quais são os aspectos favoráveis à realização do seu trabalho? \_\_\_\_\_

14- Existe algum aspecto que dificulta a realização do seu trabalho? Qual (is)? \_\_\_\_\_

15- Existe (m) algum (ns) aspecto (s) que precisam ser melhorado (s)? Se sim, quais? \_\_\_\_\_

16- Quais são suas expectativas quanto à realização do trabalho na agricultura? \_\_\_\_\_

17- As condições de trabalho na agricultura familiar são satisfatórias? Por quê? \_\_\_\_\_

18- Qual(is) é (são) sua (s) motivação(ões) para realizar o trabalho agrícola familiar? \_\_\_\_\_

19- Você gosta de trabalhar na agricultura familiar? Por quê? \_\_\_\_\_

20- Quais são suas percepções sobre o trabalho agrícola familiar? \_\_\_\_\_

21- O ambiente físico é propício para a realização do trabalho? Por quê? \_\_\_\_\_

#### **Ações governamentais**

22- Você Já foi ou é beneficiário de algum programa do governo voltado para a agricultura familiar? Se sim, qual (is)? \_\_\_\_\_

23- Qual é sua percepção sobre a atuação governamental na agricultura familiar? \_\_\_\_\_



24- Existe algum aspecto no que tange o trabalho na agricultura familiar que precisa ser mais enfatizado pelo governo? Se sim, qual (is)? \_\_\_\_\_

25- Os serviços de saúde, de educação, de transporte, hídricos, sanitários e assistenciais são satisfatórios? Por quê? \_\_\_\_\_

### **Lazer e vida social**

26 - Quais são os espaços de lazer e de sociabilidade existentes na comunidade? \_\_\_\_\_

27- Você participa de alguma associação ou grupo na sua comunidade? Qual (is)? \_\_\_\_\_

### **Bem-estar e Saúde física e mental**

28- Durante a realização do trabalho, você sente algum incômodo ou dor? E depois? Se sim, qual (is)? \_\_\_\_\_

29- Alguma vez na prática agrícola familiar, você teve algum contato com o agrotóxico? Se sim, como ocorreu? Teve alguma precaução? \_\_\_\_\_

30- Na realização do trabalho, você sente-se confortável e segura? Por quê? \_\_\_\_\_

31- Seu trabalho afeta a sua saúde física ou mental? Se sim, como? \_\_\_\_\_

32- Quais aspectos relacionados ao trabalho dão a sensação de bem-estar e felicidade? \_\_\_\_\_

33- Na sua percepção, existe (m) aspecto (s) que ocasionam ou pode ocasionar riscos à saúde física ou mental da mulher que pratica a agricultura familiar? Se sim, qual (is) é (são )? \_\_\_\_\_

### **Oportunidades**

34- Você já participou de alguma atividade educacional, de treinamento ou capacitação? Se sim, qual(is)? \_\_\_\_\_

35- Existe algum tipo de ação voltada para a preservação do ambiente e da biodiversidade? Qual(is)? Por quê? \_\_\_\_\_